

# Organização e Métodos de Trabalho

## Textos submetidos à II Conferência Nacional

### Índice

Introdução.....	5
Enquadramento da organização do BE.....	5
Texto a).....	5
Texto b).....	6
Texto c).....	7
Texto d).....	9
Texto e).....	11
Texto f).....	14
Texto g).....	15
Texto h).....	17
Texto i).....	18
Texto j).....	18
Texto k).....	19
Tendências .....	20
Texto a).....	20
Texto b).....	21
Estruturas organizativas.....	21
Funcionamento.....	21
Texto a).....	21
Texto b).....	22
Texto c).....	22
Texto d).....	23

Local .....	24
Texto a).....	24
Texto b).....	24
Texto c) .....	26
Texto d).....	26
Texto e).....	27
Texto f) .....	28
Texto g).....	30
Texto h).....	30
Distrital .....	31
Texto a).....	31
Texto b).....	31
Texto c) .....	32
Texto d).....	32
Comunicação .....	32
Texto a).....	32
Texto b).....	33
Grupo Parlamentar .....	34
Texto a).....	34
Áreas de intervenção .....	35
Geral.....	35
Texto a).....	35
Texto b).....	35
Texto c) .....	35
Texto d).....	35
Texto e).....	36
Autárquico.....	36

Texto a).....	36
Trabalho .....	37
Texto a).....	37
Precariedade e desemprego.....	38
Texto a).....	38
Jovens.....	39
Texto a).....	39
Texto b).....	39
Texto c) .....	41
Texto d).....	41
Texto e).....	41
Texto f) .....	41
Texto g).....	43
Mulheres .....	44
Texto a).....	44
Reformados .....	46
Texto a).....	46
Outros .....	47
Texto a).....	47
Funcionários .....	47
Texto a).....	47
Texto b).....	48
Texto c) .....	48
Texto d).....	48
Formação.....	49
Texto a).....	49
Finanças.....	49

Texto a).....	49
Organização das Convenções .....	50
Texto a).....	50

## **Introdução**

Como forma de preparação do Encontro Regional do Algarve sobre Organização e Métodos de Trabalho, apresentam-se aqui os vários textos publicados nos Boletim da II Conferência Nacional, respeitantes ao mesmo tema.

Os vários textos foram divididos por temas e os seus autores não aparecem identificados. Pretende-se assim que as diferentes propostas sejam discutidas e avaliadas pelos seus próprios méritos, independentemente de fazerem, ou não, parte de uma proposta mais geral.

A alternativa seria elaborar um índice remissivo que enviasse o leitor para as partes dos textos onde cada assunto é referido. Não foi essa a nossa opção. Ao agruparmos os vários fragmentos por temas, damos uma continuidade de leitura que, julgamos, facilitará o debate.

Nem sempre é fácil atribuir a um tema único um fragmento de um texto. A opção de não o duplicar pode trazer inconvenientes, mas a alternativa era ficarmos com um documento mais extenso. Que fique claro, a escolha dos temas e a partição dos textos é da responsabilidade do grupo de trabalho de preparação deste encontro.

## **Enquadramento da organização do BE**

### **Texto a)**

Desde o século XIX que as organizações políticas de esquerda procuram responder às necessidades do Homem e da Mulher em sociedade. Lenine sintetizou normas assentes na lógica hierárquica do exército. Respondia assim, à necessidade de eficácia, de superar a ignorância da classe operária, ao imperativo de rapidez de resposta. Tirando proveito da arrumação espacial nas fábricas, aí construiu a CÉLULA e por aí acima, cimentou uma cadeia de controleiros, que traziam as diretivas e levavam as preocupações. Esta orgânica foi-se enquistando, reduzindo a capacidade crítica e adormecendo as organizações.

Formalmente reconhece-se hoje que o centralismo democrático se transformou em burocracia, mas parece que não é preciso perceber, as causas. Creio que esse é um dos caminhos para descobrir novas fórmulas de organizar o ativismo.

A realidade social na Europa, não corresponde mais ao tempo da industrialização do século XX. Dispersão espacial, diversidade de funções profissionais, instrução e informação alargadas a muita gente; obrigam a um processo organizativo novo!

### **Enquadramento da organização do BE**

O Bloco de Esquerda foi esse impulso, mas não construiu as capacidades suficientes.

Os organismos vivos têm uma série de funções vitais, levadas a cabo por órgãos diferenciados. O cérebro do BE tem de ser a mesa nacional, com um lóbulos de gestão quotidiana, que se chama comissão política, mas que já teve um nome mais apropriado – comissão permanente. Essa a hierarquia certa, penso eu. Entre este cérebro e a massa pensante e trabalhadora, espalhada pelo território, deveríamos engendrar uma rede capaz de aumentar a energia desse corpo uno. Valorizando-se mutuamente, num sistema de vasos comunicantes em que conhecimento e informação se reforçassem onde mais necessário for a cada momento.

A primeira premissa é de que a Democracia Participada custa dinheiro mas também custa tempo. De onde, os tempos de decisão organizada, têm de respeitar ambas as condicionantes – nunca decidir políticas nacionais sem dar tempo de passarem pelo crivo dos diversos organismos, aí ganhando contributos diversos e enriquecendo a decisão final. Para que os organismos ganhem vida é preciso que tenham utilidade e que não sejam esvaziados por decisões tomadas num corpo estranho e opaco de funcionários, ou ainda pior, em apêndices infetados, de tendências e faróis anacrónicos!

## Texto b)

Observações críticas sobre o documento organizativo aprovado na reunião da mesa nacional de 30 de novembro de 2013

Depois de ler este texto poderia escrever apenas que a mesa nacional do BE foi infetada por um vírus de centralite agudíssima.

Sei de experiência feita ao longo de mais de 10 anos, que as estruturas e os dirigentes do Bloco não são muito permeáveis à crítica frontal e rude.

Mesmo assim neste definhado quase moribundo de um projeto que tinha tudo para resultar, só não teve foi o cuidado de aprender com o passado!

Escrevo ainda, divulgando as minhas opiniões, porque a realidade social **OBRIGA** a que não desista.

Parece-me notável que numa proposta para resolver problemas não se diga porque falharam todas as propostas aprovadas em quatro ou cinco convenções! Enfim, reflexão e modéstia não são atributos bloquistas. Empurrar com a barriga é mais a arte.

Este é um “guião” e de [guiões](#) já estamos conversados, parece que nunca saí romance que possa inspirar...

É-me difícil escrever com objetividade face a um texto onde se resolvem todos os males centralizando mais e mais e mais.

A informação não circula, circulam os chefes.

As coordenadoras não têm iniciativa: manda-se um controlador; os controladores não têm capacidade: arranja-se um fórum para tomar conta; e se a coisa mesmo assim não

resultar: inventa-se um secretariadozinho; a comissão política não tem dado conta do recado: ilumina-se um grupinho para “pensar a coisa”.

Não precisamos de caixeiros viajantes, antes de uma rede em que a informação circule rápida.

“Não venhas, informa” seria o lema desta reorganização, ou melhor desta revitalização.

Bastam minutas das decisões.

Para além do mais, ou seja do retrocesso ideológico que esta proposta significa, tem evidentes custos financeiros, que parece não existem, ou se existem, deveriam ser canalizados para verdadeiro trabalho no terreno.

Organizar fóruns com a população; editar materiais; promover seminários formativos temáticos.

Não centralizar, não centralizar, não centralizar. Toda a confiança aos ativistas!

Nem chefes, nem generais, já temos... a mais!

## Texto c)

1. O Bloco irrompeu na política portuguesa motivado pela conquista de uma alternativa de esquerda aos sucessivos ciclos da alternância. Trouxe para a agenda política causas civilizacionais e direitos até aí encerrados na marginalidade e no conservadorismo. Afirmou a centralidade do trabalho, dos combates às injustiças e fragilidades da economia, das múltiplas lutas contra a persistência de atrasos e profundas desigualdades, apoiou ativamente os movimentos alternativos à globalização financeira e ao império.

2. As lições retiradas das velhas experiências dos regimes do leste europeu ajudaram a configurar o Bloco. A rutura com a supressão de liberdades e dos direitos políticos, com a eliminação do pluralismo e a não separação entre Estado e partido, enraizaram a convicção de que a democracia não pode ser suspensa, contornada, negociada ou sujeita a estados de exceção, nem nos partidos e nem na nova sociedade a construir.

3. O Bloco cortou com a tradição sectária, ampliou o espaço da luta socialista e tornou evidente a sua vocação unitária. Reconfigurou o fechado mapa político português e fez emergir uma nova esquerda plural.

4. É sobre este partido/movimento de características novas que a Conferência Nacional tem a responsabilidade de iniciar uma reflexão sobre o seu rumo e arquitetura. O Bloco tem de ser capaz de desafiar o instituído, lutar contra as discriminações e desigualdades; precisa de ter iniciativa e ser alternativa; obter forte ligação aos movimentos sociais e tem de ser profundamente democrático, participativo e plural.

5. Num quadro político complexo em que a direita anuncia uma estratégia determinada pelo Tratado Orçamental, aprovado também pelo PS, que aprofundará o ciclo de

perpétua austeridade, de empobrecimento do país e das famílias, o Bloco assume o compromisso de contribuir para a construção do movimento cidadão de resistência e de mudança, com a ampliação do espaço alternativo das esquerdas, a sua crescente inserção e enraizamento nas lutas quotidianas, nos movimentos e na sociedade.

6. Para que se cumpram esses objetivos de organização, procedimentos e atitude política, o Bloco, precisa de progredir no aprofundamento da intensidade da sua democracia, dos mecanismos de participação dos aderentes e simpatizantes no debate e na decisão, na circulação da informação e num forte comprometimento com os anseios e as lutas sociais.

...

12. Pelas circunstâncias da sua própria génese, o Bloco afirmou-se rapidamente pela representação política institucional, ganhou reconhecimento popular, principalmente nos sectores mais jovens, obteve progressos na sua consolidação nas grandes áreas metropolitanas, desempenhou papel mobilizador em muitas campanhas e lutas populares. Porém, manteve debilidades de implantação em vastas áreas do território, insuficiências na articulação com movimentos sociais estruturados e na construção de uma rede de organizações bloquistas que constituísse a necessária capilaridade de ligação, diálogo e elaboração/divulgação das propostas do Bloco nos diferentes setores sociais, nos ativismos e nas comunidades.

13. O debate realizado após as últimas eleições autárquicas (29 setembro 2012), no que respeita ao estado da organização do Bloco e à sua capacidade de intervenção política, foram evidenciadas as referidas insuficiências e o atraso da concretização das orientações da Convenção nesse campo.

14. A organização do Bloco tem como primeira finalidade reunir e mobilizar os aderentes para a intervenção política a partir de ativismos, militâncias, interesses e disponibilidades muito diferentes e, também, em contextos locais muito variados.

15. Não organizamos para termos um organigrama perfeito mas sim para que a organização permita respostas sociais e políticas que o Bloco deve protagonizar ou animar. A vida política no Bloco deve intensificar-se e assegurar os espaços elementares da democracia e da participação interna.

...

30. O aumento do número de aderentes é um objetivo imediato, que deve ser conseguido, antes de mais, a partir do trabalho político realizado na campanha das eleições europeias. Durante esta campanha, serão contactados e envolvidos na atividade centenas de pessoas sem filiação que constituem uma grande reserva para o crescimento do Bloco. É sobre essas pessoas que deve incidir desde já a campanha de recrutamento já decidida pela Mesa Nacional.

31. Para essa campanha serão criados instrumentos próprios. As coordenadoras distritais e concelhias devem procurar integrar os novos aderentes em grupos de trabalho, de



acordo com as características e disponibilidades de cada um, criando novos “nós” da rede de debate, intervenção e influência que o Bloco precisa de ampliar.

Texto d)

**1. A quinze anos da sua fundação e a caminho da nossa IX Convenção, o Bloco continua a debater-se com um problema organizativo tremendo.**

Do ponto de vista formal, tudo parece estar no sítio certo - uma Direcção eleita em Convenção, que reúne periodicamente e que dispõe de uma Comissão Política; um grupo parlamentar dotado de autonomia e articulado com a Direcção; um aparelho central de funcionários e um corpo de assessores parlamentares; uma rede de Comissões Distritais e Comissões Concelhias, algumas estruturas sectoriais – juventude, trabalho, autarquias... e plasmando tudo isto, um conjunto de procedimentos estatutariamente consagrados destinado a assegurar os mecanismos de decisão e a participação dos aderentes.

Todavia, e ainda recentemente, a propósito do resultado das eleições autárquicas, a realidade voltou-nos a revelar uma organização débil, pouco inserida socialmente e com fraco activismo político. Por outro lado, em largos sectores do Bloco, são extensas e recorrentes as críticas aos processos de decisão, à desvalorização das estruturas locais, à falta de comunicação e de informação interna.

No último ano em particular, mal encerrada ainda a VIII Convenção, desenvolve-se todo um conjunto de movimentações por parte da antiga e agora fragmentada maioria, no sentido da constituição de tendências, chamem-se elas “Plataforma Socialismo” ou “Esquerda Alternativa”, ocupando o centro das atenções da vida interna do Bloco e substituindo o indispensável reforço organizativo, numa lógica aliás mais de fracção do que de tendência, a olhar para a repartição interna de posições e lugares no aparelho.

Foi, deste ponto de vista, mais de um ano perdido num contexto de queda eleitoral e debilitação interna.

**2. O Bloco não se conseguiu ainda libertar das suas especificidades de raiz.**

Surge da convergência de três pequenas organizações, com escasso número de militantes, consideravelmente exauridas pelas suas próprias experiências históricas, o que foi compensado pela frescura do seu discurso propositivo, pelo mediatismo da primeira geração de dirigentes e, até certa altura, pela multiplicadora capacidade de crescimento do seu grupo parlamentar, pela boa imprensa e pela irreverência de alguns segmentos do seu activismo. Mas nasceu de cima para baixo e o processo orgânico que experimentou daí para cá cristalizou assim mesmo.

Com poucas estruturas concelhias dotadas de funcionamento regular e capacidade de intervenção local, particularmente fora dos grandes centros, com estruturas distritais frequentemente enquistadas, o Bloco perde capacidade de responder às campanhas de

agitação determinadas centralmente para serem executadas localmente, assistindo-se a uma erosão progressiva da sua base militante.

Em consequência, e a partir da estabilidade proporcionada pelos segmentos profissionalizados do Bloco, adquirem prevalência tendências parlamentaristas, burocráticas e centralistas.

**Parlamentaristas**, porque planificando o Grupo Parlamentar a sua actividade a partir dos gabinetes de S. Bento e centrando-se no mediatismo possível proporcionado pela comunicação social, se desligam da dinâmica de base nos locais de trabalho e de habitação.

**Burocráticas**, porque enleados num conjunto rotinado de procedimentos com sede na Rua da Palma, desconhecem o estado da organização e do que se passa em baixo, na periferia e no interior mais afastado.

**Centralistas**, porque não se conseguiram libertar, apesar de o proclamarem, de um visco de raiz, que não digeriu e muito menos adaptou velhas heranças em matéria de organização, que objectivamente colocam a Comissão Política e o seu Secretariado no centro de decisão, desvalorizando a Mesa Nacional e os processos de informação e de auscultação às estruturas de base e aos aderentes.

**3.** A transformação do Bloco num partido de massas implica a rejeição categórica das viscosidades que nos continuam a amarrar a um partido de quadros, dotado de uma direcção restrita e iluminada, que irradia esclarecimento e vontade de cima para baixo, de modo artificial, democraticamente deficitário e desfasado da realidade orgânica.

**Não há nem valorização do trabalho local e autárquico, nem intervenção política persistente, nem capacidade de iniciativa para desbloquear convergências à esquerda sem estruturas de base consolidadas.**

....

É neste contexto que, em função do estágio de desenvolvimento de cada organização, se coloca a necessidade de **maior regularidade nas assembleias concelhias e distritais, na divisão da actividade por áreas e frentes de trabalho, na implementação quer de processos de planificação realista das actividades quer do seu regular balanço de execução**, na base de uma cultura de responsabilidade partilhada.

**5.** Neste momento decisivo da vida do Bloco, organizar significa corresponder adequadamente às exigências que esta conjuntura de destruição dos direitos sociais, de empobrecimento acentuado de largos sectores da população, do alastramento crescente da fome e da miséria, do retrocesso civilizacional, significa dispor de um partido que saiba intervir política, social e culturalmente a partir dos locais de trabalho e de habitação, ampliar a sua influência e contribuir para a reconfiguração da esquerda num caudal que devolva esperança, dignidade e justiça social, no caminho por novas e profundas rupturas políticas e sociais.

**Vertebrar, dando prioridade às organizações de base, e oxigenar, conferindo democracia, participação e transparência nos processos de decisão interna, constituem por isso os dois grandes eixos que se nos colocam para tornar o BE num verdadeiro partido de massas.**

## Texto e)

A situação da maior crise social com que o Bloco de Esquerda se deparou na sua existência encontra-o na sua maior crise interna. Uma crise que se traduz em derrotas eleitorais sucessivas mas que vai muito além disso. Uma crise que deriva das dificuldades criadas pela crise económica e pela pressão da hegemonia em tempo de austeridade mas que começou ainda antes. Uma crise que se junta a um processo de mudança de porta-vozes mas que não se esgota numa crise da aparência mediática do partido. Com esta crise, o tempo do otimismo exagerado sobre as possibilidades do partido deu lugar a um tempo da depressão organizativa que é urgente reverter.

### **1- A crise do BE é uma crise da forma de fazer política**

O BE surgiu na vida política do país como a esperança de uma nova forma de fazer política e como a certeza de uma esquerda de confiança. Hoje, essa esperança encontra-se bloqueada na medida em que o BE passa a imagem de ser um partido como os outros, sem arrojo político e sem chama mobilizadora, vindo de diversas derrotas eleitorais e acossado por cisões e instabilidade interna.

O BE focou-se numa grande opção tática eleitoral de disputar os sectores mais progressistas do PS, visando, em última análise, a divisão e enfraquecimento do campo social-democrata e do centro político. Durante os anos do Governo Sócrates pode dizer-se que, com algumas dificuldades de percurso, o partido teve sucesso nessa atuação, crescendo social e eleitoralmente. Só que essa escolha, e a procura de construir a imagem de um partido responsável, com capacidade de ser governo, moldaram o próprio Bloco: a institucionalização e a mediatização da forma de fazer política e a moderação do discurso limitaram a radicalidade do programa e do *modus operandi* na tentativa de fazer emergir, primeiro, a “maioria de esquerda”, e depois, o “governo de esquerda”. Pelo caminho parecem ter ficado a irreverência e a criatividade vistos como pecados de juventude sem espaço na política a sério.

Esta opção tática do Bloco revelou-se incapaz de conseguir penetrar nos sectores mais moderados da classe média a quem se dirigia e alienou parte daqueles que se reviam na sua radicalidade.

### **2- A crise do BE é uma crise de militância e de organização**

À forma de fazer política há que associar também uma crise organizativa. Esta forma de fazer política foi transformando o Bloco num partido de quadros, centrado no grupo parlamentar o que o tornou ainda mais dependente do carisma dos seus e das suas deputadas e do mediatismo garantido através da comunicação social.

Assim, a centralização de todas as decisões fundamentais num pequeno grupo dirigente, a “profissionalização” da militância e o estreitamento de espaços de participação, de militância e de construção conjunta de propostas pesam hoje fortemente na forma como o Bloco se organiza. Trata-se de problemas que, pela sua natureza, se colocam a todas as organizações, que se devem quer à precarização das vidas e à destruição das solidariedades de classe quer ao peso da divisão de trabalho enquanto facto permanente no capitalismo. Só que, numa organização anticapitalista, estes têm efeitos mais corrosivos porque contraditórios com o seu ideário emancipatório e socialista – o exercício de todas as tarefas da comunidade, incluindo as de gestão política, deve estar ao alcance de todas/os e não dependente de um grupo específico e especializado.

Por “profissionalização” da militância, sublinhe-se, não se entende a simples existência de funcionários políticos, facto inevitável e desejável numa organização de dimensão nacional. O problema será assumir esta profissionalização enquanto corolário lógico de uma organização política vertical que concentra na sua Comissão Política – na sua maioria composta por deputados/as e funcionários/as – o essencial dos debates e decisões políticas estratégicos do partido, pouco espaço reservando e nenhuma relevância concedendo à discussão e decisão política das suas estruturas intermédias e de base. A “profissionalização” de estruturas dirigentes acarreta riscos sérios de distanciamento da realidade social e de um fechamento do partido na vida parlamentar. E o sentimento que se estava a construir um partido de espectadores que assistiam à política do seu partido via comunicação e não um “partido de massas” apresentou-se como mais um elemento de desmobilização da militância.

...

#### **4- Recomendações para a Conferência do Bloco**

Em primeiro lugar, como dizia o manifesto fundador do Bloco “Começar de Novo”, urge “recuperar para a esfera política quantos dela foram excluídos ou se vêm afastando” Assim, não subvalorizando a disputa política dos sectores mais progressistas da base social de apoio do PS, o Bloco deve focar energias no vastíssimo “exército abstencionista” onde hoje se encontram os sectores mais radicalizados – ainda que, grosso modo, pouco politizados – da sociedade portuguesa. Nesses sectores reside um grande potencial de crescimento para o Bloco.

Em segundo lugar, o BE deve ser um partido que contribua justamente para a unidade, consciencialização e organização das pessoas exploradas pelo capitalismo. Vivemos tempos de difícil mobilização também pela progressiva precarização das vidas e pela descrença no atual sistema político-partidário em que estamos cada mais integrados e com cada vez com mais dificuldade de nos demarcarmos dele. Um partido socialista com a ambição de ser transformador da sociedade potencia também a transposição da consciência de classe para diferentes dimensões da vida contemporânea, onde o capitalismo alimenta diferentes formas de exploração e de desigualdade. Neste particular, o sistema de imprensa, de formação e discussão política ocupam um papel preponderante e contribuem quer para a mobilização quer para uma intervenção mais consciente na sociedade.

Em terceiro lugar, deve-se responder à crise das formas tradicionais de organização política e à “profissionalização” da militância de maneira a permitir que o arrojo e a criatividade brotem diretamente da organização de base. A participação, para além de um eixo organizativo fundamental, é também mobilizadora em si. Como se provou na campanha autárquica do Bloco no Porto, esse modelo organizativo alargado e participado é o que melhores garantias oferece em matéria de mobilização interna e de crescimento da nossa base social de apoio. O Bloco deve também persistir na construção participativa de decisões centrais para a organização e reforçar processos participativos de construção de programas eleitorais e propostas de lei como aconteceu no caso da lei dos turnos ou na utilização do teatro legislativo.

Em quarto lugar, o BE deve direccionar a sua atuação, institucional (propostas na AR, Assembleias Municipais e de Freguesia) e de rua (agitação e propaganda de massas) para os sectores mais violentados pela crise económica – desempregados/as, precários/as, reformados/as, pensionistas e jovens sem perspectivas de futuro – propostas que, além de simples e incisivas, devem criar esperança nesses sectores. Na presente conjuntura, é preciso assegurar que quem representa o Bloco, nas Assembleias Municipais e vereações, no Parlamento Europeu e sobretudo na Assembleia da República, seja capazes de conciliar a sua atividade institucional com uma constante presença na rua. Ao lado de trabalhadores em luta, de moradores alvo de despejos sumários, em todos os processos de resistência social que se desenvolvem, com maior ou menor impacto mediático. Demonstrando assim a solidariedade incondicional do Bloco com estes processos mas também utilizando a nossa presença para aumentar a capacidade de resistir, dar visibilidade e capacidade a todas essas lutas.

Em quinto lugar, o partido, em articulação com o que foi referido anteriormente, deve insistir numa campanha nacional para a adesão de novos militantes, em especial naqueles sectores mais afetados pela situação económica do país. É também assim que se constrói um partido de massas, um partido onde os seus militantes são também dirigentes sectoriais da luta social.

...

Em sétimo lugar, o Bloco deve abrir-se a uma discussão não entrincheirada em grupos ou moções sobre propostas de organização interna como a limitação de mandatos, a eleição proporcional para a sua Comissão Política entre outras. Assim, seria importante organizar um grupo de trabalho sobre organização interna e revisão de estatutos que pudesse discutir e/ou consensualizar amplamente modelos organizativos da pluralidade política que o Bloco representa. Seria também importante, encarando de forma saudável a diversidade de opiniões, a edição de um boletim interno bimestral.

Em oitavo lugar, o Bloco deve repensar o papel de um partido anticapitalista em tempo de crise recusando a tentação de cair numa estratégia semiatentista face à crise, ou seja, esperar que esta conduza, num cenário grego, a um colapso do sistema político e que o Bloco ocupe, por virtude apenas dos seus posicionamentos institucionais, o papel do Syriza. Se o caso da esquerda anticapitalista grega nos ensinou algo, sem sentirmos a necessidade de uma transposição mecânica, foi a necessidade de construir o partido enquanto organizador

ativo de solidariedades. Assim, é necessário equacionar a hipótese de, onde e quando possível, o Bloco assumir o papel de um partido de serviço social, envolvendo-se em respostas diretas à crise e na auto-organização dos/as trabalhadores/as, desempregados/as, estudantes e reformados/as. Aplicando a solidariedade ativa enquanto forma de resistência ao austeritarismo e enquanto organização de um duplo poder para além dos limites do Estado Social que colapsa.

## Texto f)

Perante o «Império», agora confirmado, torna-se fundamental estarmos ao lado da «Multidão», neste caso, ao lado dos Portugueses que têm lutado e se manifestado muitas vezes através de enormes movimentos espontâneos ( e outros) que sendo pacíficos não deixam de agir com muita luta; A luta contra a «biopolítica» instalada. Também não restam grandes dúvidas que se tem feito um grande trabalho da nossa parte quando nos colocámos ao lado destes movimentos sempre que estes encetaram as suas legítimas lutas de protesto. Estamos bem nesta matéria. No entanto enquanto partido político o BE não se pode esgotar ou confundir com essa mesma «Multidão» e por isso não nos é permitido diluirmo-nos nela sem que isso seja, em paralelo, compensado por um trabalho de forte divulgação do nome BLOCO DE ESQUERDA para dessa forma evitarmos o risco de uma abstracção ou iconoclastia ao símbolo BE.

Essa estratégia de dinamização e eficácia na divulgação contínua e continuada do partido Bloco de Esquerda, está agora (e salvo excepções várias) resumida ao bom desempenho dos nossos parlamentares, mas que ainda assim é divulgado por um minúsculo tempo televisivo. E isso é manifestamente insuficiente, redutor e presta-se por consequência a interpretações dúbias e erróneas do eleitorado. BE = Parlamento. Importa então arregaçarmos as mangas e recuperarmos rapidamente a imagética BLOCO DE ESQUERDA para ajudar a termos bons resultados (enquanto partido) no sufrágio, pois mais que tudo, é isso que mantém qualquer estrutura partidária viva. Para o sucesso dessa divulgação já não é necessário muito mais teoria e muitas reuniões redondas de estratégia (e inconclusivas) sobretudo nas coordenadoras, seria sempre um método aconselhado para quem não quiser realizar nada nem sair de zonas de conforto ou estatuto adquiridas mas não pode ser para nós. O que é fundamental é o pragmatismo,. Marx dizia que a questão não era opinar iluminadamente mas sim transformar.. transformar advém de prática e eficácia (na nossa imagem nas ruas). É ainda necessário inverter o paradigma e recuperar o inequívoco apoio às bases do partido (incluindo voluntários BE, simples aderentes participativos – alguns agora afastados-, ou grupos locais e autárquicos incluindo de freguesias) num esforço conjunto com funcionários, coordenadoras, dirigentes e eleitos (incluindo parlamentares) que devem voltar com mais regularidade à auscultação de rua, ou por ex. às reuniões das bases, porque as bases querem ouvi-los nas suas motivações. As bases fazem falta porque são a seiva, a vida dentro dos partidos.

É necessário então voltar a colocar o centro da influencia política no terreno, captando com a sua imagem BE novos aderentes mas sobretudo não perdendo os outros, para que nunca se venha a ser (ainda que numa ínfima possibilidade) um partido reduzido a dirigentes e funcionários fechados em torno de alguns movimentos de cariz social. Temos soluções (à

semelhança da marcha pelo emprego do BE onde funcionários, dirigentes e bases trabalhando afincadamente em conjunto tiveram bons resultados).

Vamos conseguir. Temos essa génese connosco, porque somos de esquerda e já o fizemos anteriormente. Quando éramos pequenos melhor que quando éramos grandes.

Quanto ao resto, é deixar o povo soberano afirmar através dos resultados dos sufrágio se pretende que os seus representantes políticos (partidos) no espectro mais à esquerda e na altura existentes se unam em prol de uma convergência que vise posteriormente a governação.

## Texto g)

Nunca deixou de ser um hábito. Mas há alturas em que é pior. É como tudo na vida. A política e os partidos não podem, evidentemente, “fugir à regra”. E parece que há uns que se “põem a jeito”. Deve ser uma questão de natureza.

Jornais e revistas, através dos seus comentadores, enchem-se de referências às supostas causas defendidas pelo Bloco de Esquerda que, em determinado tempo, justificaram os bons resultados eleitorais, mas que presentemente não é tanto assim- *com a redução do número de votos que se conhece* - porque, em particular, durante os governos de José Sócrates essas causas foram assumidas pelo PS, tornando-se marcas de governação e de regozijo para todos aqueles que reclamavam a sua aplicação e dela passaram a usufruir. Destaco as alterações verificadas na legislação relativa à interrupção voluntária da gravidez e a possibilidade de realização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Fico por aqui, pois são “bandeiras” significativas.

Pergunto agora: sim...? É só isso?

Demonstrando desconhecimento, ocultando propositadamente ou distorcendo outras propostas do Bloco de Esquerda, parte do “mundo do comentário e da opinião” apresenta aquela que é a sua versão de um programa de intervenção política que, na realidade, é bastante mais abrangente e inequivocamente integrador de um conjunto de contributos, quer provenientes do trabalho realizado no interior no partido entre os órgãos, estruturas, aderentes e independentes, quer de organizações várias da sociedade civil ou de determinadas individualidades que o partido consulta, ouve e, a partir daí, procede a sistematizações, sínteses e construção daquelas que são as suas propostas.

As propostas organizadas e contidas ou transformadas num programa são, pois, direccionadas para a intervenção a nível da Economia, Finanças, Saúde, Educação, Segurança Social, Justiça, Política externa, Cultura, Direitos, Liberdades e Garantias, enfim, todas as áreas que integram a realidade social e atendem a um conjunto alargado de intervenientes.

A complexidade é, como se pode verificar, uma realidade. Uma realidade que ultrapassa, em muito, a mera ideia e postura do protesto. Protesto, sim, mas não só. Esta é mais uma ideia que é preciso desmistificar.

O programa do Bloco de Esquerda apresenta-se bastante mais detalhado do que alguns querem dar a entender. E é evidente que isto não acontece por acaso. Nos últimos tempos, em particular depois dos resultados obtidos nas eleições autárquicas, uma nova corrente de opiniões atende à irrelevância progressiva do partido, à sua incapacidade de mobilizar e/ou reter aderentes, às propostas que não mobilizam *porque as causas deixaram de existir e nada mais faz sentido*, à incapacidade de afirmação e/ou distinção relativamente ao PCP, à perda de eleitores para o PCP e para o PS, partidos onde o voto é ou será supostamente mais útil, sem esquecer a saída de Francisco Louçã e a atual liderança “bicéfala”, incompreendida e não aceite por muitos, dentro e fora do partido.

É hoje inquestionável a presença de aderentes/simpatizantes do Bloco de Esquerda nos (novos) movimentos sociais, associações e outras frentes de luta. O partido vive e existe muito para além das suas “fronteiras” iniciais, partilhando experiências com outros coletivos, naquela que é a diversidade de preocupações e intervenções.

Se bem que a existência de várias frentes organizativas, de reflexão e de ação fosse uma realidade antes da implementação do Memorando de Entendimento, a partir do mesmo (TROIKA) outros movimentos e associações surgiram, especialmente vocacionados para a reflexão, apresentação de propostas e possibilidades de intervenção/luta tendo como ponto fulcral as consequências da aplicação desse mesmo Memorando.

Tendo em conta esta nova realidade, o Bloco de Esquerda não se acantonou/ fechou sobre si próprio, antes iniciou e/ou consolidou a sua presença junto desses/nesses movimentos/associações desenvolvendo, através dos seus aderentes e simpatizantes, trabalho de grande relevo. Dessas frentes de luta resultaram (também) manifestações específicas com inequívoco sucesso junto da população (inclusive junto de grupos populacionais tradicionalmente mais “reservados”), verificando-se neste âmbito, relevantíssimos episódios de afrontamento ao Governo, com especial impacto a nível nacional e com reconhecimento de valor/relevância a nível internacional.

Sendo esta uma realidade inequívoca importa que o Bloco de Esquerda tenha uma noção mais exata e precisa do envolvimento dos seus aderentes/ simpatizantes nas várias frentes de luta. *Quantos elementos são? Em que movimentos e/ou associações participam? Que iniciativas ajudaram a concretizar? Que projetos estão a definir para o futuro? De que forma as suas linhas políticas influenciam e são influenciadas esses/por esses movimentos? Que impacto tem essa intervenção nos resultados eleitorais obtidos pelo partido? Como é que os vários níveis de intervenção são pensados/organizados/coordenados pelo partido?*

Estas são, pois, algumas questões que importa colocar para que, com base nas mesmas, o Bloco de Esquerda desenvolva um conjunto de reflexões/promova discussões entre os seus membros, no sentido de identificar claramente áreas de intervenção, capacidade de resposta e possibilidades de atuação do partido junto das populações, em particular, através de força mobilizadora para adesão às suas ideias/programa político.

Sendo que o nível de implementação no terreno/junto da população passa, também, pela qualidade do envolvimento em várias frentes de luta, importa que o *Bloco de Esquerda*



*defina uma estratégia clara, e tão completa quanto possível, para este âmbito de intervenção. Assim deve ser, na medida em que um partido que de deseja “de massas” deve atuar tão organizadamente quanto possível junto de todos aqueles que se mobilizam para denunciar e combater políticas claramente tradutoras de um modelo de subdesenvolvimento e de retrocesso civilizacional.*

## Texto h)

As medidas de austeridade têm tido um efeito enorme nos sectores mais vulneráveis da sociedade. Além de retirarem condições básicas de vida, têm consequências perigosas como o crescimento do sentimento anti-política e da xenofobia.

O trabalho do Bloco nas estruturas em que se faz representar é importante mas não é suficiente, porque limita o seu alcance e faz depender o seu sucesso da “boa vontade” de uma comunicação social cada vez mais dominada por interesses económicos. Perante uma situação social aberrante, é tão importante ter propostas e discurso radical, como o é implementar práticas radicais e ter melhores resultados.

Perante a dificuldade de alcançar os largos sectores desfavorecidos da sociedade, pomos a debate a ideia de dar um passo na construção de uma base social que alargue a que temos hoje, através do trabalho de auto-organização desses sectores mais atingidos pela crise, criando colectivos capazes de organizar respostas às mais básicas necessidades das pessoas. Este trabalho é necessário para evitar mais depressão, ganhar tempo para criar novas relações na base da sociedade e promover a democracia e a solidariedade. Sabemos que este é um debate difícil mas achamo-lo cada vez mais urgente.

Estes colectivos devem focar-se nas áreas mais atingidas pelo Governo. Por exemplo, onde centros médicos fecharam, organizar colectivos capazes de dar atenção médica a todos/as, independentemente do seu rendimento, género, etnicidade, sejam legais ou consideradas “ilegais”; organizar colectivos agrícolas, que estabeleçam mercados de comida sem intermediários, especialmente onde o desemprego é maior; organizar colectivos culturais, capazes de mostrar outras realidades e levantar debate sobre a sociedade e criar redes que permitam parar os despejos.

Propomos reafirmar dois princípios: democracia e solidariedade. Para combater o sentimento anti-política, devemos fomentar a democracia directa enquanto processo de participação. Estas experiências de colaboração, abrem ainda espaço para lutar contra a indiferença, contrapor posições xenófobas e destruir o medo da diferença.

É também necessário envolver muitas pessoas na criação destes grupos, para que estes permitam a aproximação dos sectores da sociedade não tão atingidos pela crise aos que mais o são. A prática da solidariedade é essencial para destruir a narrativa oficial da crise económica e o individualismo enquanto resposta. É necessário afirmar na prática que os problemas colectivos não podem ser resolvidos individualmente.

Os objectivos são: primeiro, construir condições mínimas de vida com e para as pessoas mais atingidas pela crise. Não podemos transferir todos os argumentos políticos para a altura em

que possamos vir a ser Governo. Segundo, estas estruturas permitem mais organização e mais força para desafiar o estado e lutar contra as políticas de austeridade, e maior alcance às posições e propostas do Bloco.

## Texto i)

Dúvidas impertinentes:

Que tipo de organização nos pode permitir atingir o estatuto de “Partido de Massas?”

Podemos melhorar a articulação entre as distritais e as concelhias? Entre a mesa nacional e a direção? Entre funcionários e voluntários?...Claro que sim!

Comunicação interna : eu não gosto de saber das novidades mais importantes só pela comunicação social... Sei que os timings e a velocidade dos media condicionam a actividade política da direção, mas agora (com quase 14 anos) já podemos exigir que a informação (mais importante) seja mais atempada?!.. Obrigado!...

Os funcionários? Conseguem um ou dois dias regularmente nas concelhias? Tenho a certeza que sim!..

Também a dinamização de campanhas de angariação de fundos podem ser decerto, um desafio estimulante.

Quanto aos novos aderentes, todos concordamos que será preciso proporcionar-lhes alguma formação política, algum acolhimento e enquadramento e sobretudo responder ao impulso que leva um cidadão a aderir a um projeto político. Se o envolvimento dos novos aderentes foi negligenciado, terá sido apenas devido a falhas na organização...

Este é um assunto sério...Pouquíssimo cool aliás...

De facto, não é possível lutar pelo sucesso de qualquer projeto social com ambição de poder para transformar, sem uma organização moderna, que use flashmobs, espontaneidade, improvisação, criatividade e irreverência. E isso é muito difícil sem formação, preparação e imaginação.

## Texto j)

*“O Bloco de Esquerda defende e promove **uma cultura cívica de participação e de acção política democrática** como garantia de transformação social” (PONTO 3 do artigo primeiro dos estatutos)*

1. O Bloco deve incorporar no seu funcionamento interno, práticas, processos, estatutos e uma cultura interior que rompam com a democracia formal e minimal dos restantes partidos, muitos dos quais praticam -verdadeiros simulacros de democracia, que em termos práticos mantêm a generalidade dos seus aderentes longe do exercício de decisão participada e partilhada.

2. A ação militante prática, o contacto direto com a população, a análise, reflexão e debate, e a tomada de decisões coletivas, são vertentes diversas mas indissociáveis da atividade militante, em que todos os/as aderentes se deverão envolver, em proporções que poderão variar conforme o momento político ou nível da estrutura organizativa em que militam.

Manter indissociáveis a ação, a reflexão e a decisão em coletivo é rejeitar com clareza o conceito antiquado de “partido-exército” -compreendendo no seu interior “aderentes-generais” e “aderentes-soldados” -incompatível com estatutos que determinam explicitamente ***uma cultura cívica de participação e de ação política democrática***.

3. Para além das convenções e conferências temáticas, o aprofundamento da democracia participativa ao nível interno, poderá encontrar concretização através de instrumentos como ( entre outros ) as consultas e auscultações aos aderentes individualmente, ou às estruturas distritais e concelhias no seu conjunto, sendo claro que apenas uma parte das decisões habitualmente da competência dos órgãos nacionais são passíveis de adoção por via de consultas aos/às aderentes.

4. Estas consultas tornar-se-ão viáveis através da criação para o efeito de mecanismos que as facilitem e agilizem -sem excluir os recursos informáticos. Assim, a consulta dos/as aderentes deve ser uma prática adquirida no quadro de uma cultura democrática interna exercida em moldes avançados que diferenciem pela positiva o Bloco, prestigiando-o junto dos/as cidadãos/ãs e da sociedade em geral, em que:

4.01 -Incluindo esta prática nos seus hábitos internos, estará o Bloco a dar exemplo e sinal claro à sociedade acerca do tipo de gestão política de que é apologistas: Com as Pessoas e Para as Pessoas, praticando um conceito de democracia avançada e fortemente participada, capaz de descentralizar e partilhar entre militantes, com naturalidade, processos de decisão;

4.02 -Só praticando internamente um modelo eficiente de democracia participada poderemos fazer de forma consistente a apologia da sua extensão a toda a sociedade.

4.03 -Só valorizando a opinião do militante anónimo e tendo-a em consideração na tomada de decisões (quando estas são passíveis de serem partilhadas) se poderá garantir um nível de participação elevado.

## Texto k)

Há uma imagem claramente “menos boa” do BE, hoje. Aquela com que temos de viver, no trabalho local, aquela que resulta de haver quem tenha perdido a confiança em nós, que resulta de termos cometido erros de “palmatória”.

Como há uma opinião pública “menos boa” sobre o nosso trabalho, hoje. Que, no trabalho local, se exprime muitas vezes na frase: “vocês só servem para ser do contra”, ou na ideia de que estamos a “desfazer-nos”, de que “acumulamos derrotas”.

Começamos por colocar a questão no seu ponto inicial. Em 1999, lendo o “Começar de Novo”. Um partido agregador de diferenças, uma esquerda de confiança, outro caminho e não mais do mesmo. Um partido a quem perdoamos insuficiências, mais do que uma vez, em nome de

uma “juventude” que não existia, o BE herdou o legado de vários partidos com décadas de atividade política. O que existia, de facto, o que era “novidade”, era a vontade de potenciar o essencial que era comum à esquerda, e de vir a resolver as diferenças no trabalho em comum.

Um “estranho” partido onde o direito de tendência era visto como uma vantagem acrescida, dando aos setores com menor expressão no BE uma forma de se fazerem ouvir. Um partido que conseguia o impensável (para quem o viu nascer dez anos antes), nas Europeias e Legislativas de 2009.

No entanto, são as autárquicas de 2009 o primeiro sintoma de que começamos a perder o norte. Ao decidirmos separar as duas campanhas eleitorais, forçamos os concelhos onde o trabalho local tinha expressão a dar um tiro no pé. E o apoio mais que apressado a M. Alegre, em 2011, quando a prudência recomendava que nos congratulássemos com a existência de um candidato da esquerda, até a situação se definir, atrelou-nos ao PS (ninguém pensou na possibilidade disso acontecer?) e criou uma situação insustentável aos camaradas de Viana do Castelo.

A partir de 2011, perante uma ofensiva neoliberal cuja envergadura não conseguimos prever, fomos perdendo capacidade de iniciativa e ficando a reboque dos acontecimentos. A Convenção Nacional de 2012 dá-nos uma sensação de vazio de ideias, de um “andar à deriva” escondido em palavras.

E é à deriva que vemos surgir o “BE do tempo das tendências”, procurando-se como “solução” a reposição (de facto) da situação anterior a 1999. Transformando, na prática, a esmagadora maioria dos aderentes em “militantes de segunda”, num partido que assume um novo modelo sem o discutir em Convenção. Um partido em que a “capital” discute e decide, e a “província” acata e, o mais das vezes, cala.

Isto não nos parece inevitável, nem a única saída. Mas implica também um outro modelo de partido. Que não rompa com o passado, mas saiba inovar. Assente em duas ideias mestras: que a comunicação vertical contemple a ratificação “de baixo para cima” das decisões, como norma desejável, e que a comunicação horizontal seja potenciada, porque existe a capacidade logística para o fazer. Sem isso, teremos 15 pessoas a falar para si próprias.

## **Tendências**

### **Texto a)**

A tendência tendenciosa para as tendências de uma parte dos ex-representantes das correntes do Bloco aponta para uma interessante luta política. Uma espécie de ordem de serviço decretou o “tempo das tendências”. Surgiu a T.S. e sugere-se que novas poderão surgir. Bem, esta ideia profundamente liberal e social-democrata já está a produzir excelentes doses de cristalização tendenciosa e de sectarismo aberto a todos.

Os aderentes sem tendência continuarão num limbo que toleraram pró-Bloco, perante a necessidade de construção da harmonia entre temas históricos diferentes.

A política do Bloco continuará a ser definida no confronto ou acordo entre tendências ou nas assembleias de aderentes com repercussão nos órgãos eleitos e na construção de listas em torno de plataformas políticas não cristalizadas?

Texto b)

### **3- A crise do BE tornou-se a crise interna do seu espaço maioritário**

Para além de tudo isto, o espaço maioritário, que tinha até agora revelado uma coesão forte simbolizada na teoria da “hegemonia partilhada” entre as correntes tradicionais – uma coesão, aliás, que foi também contribuindo para a centralização e para o fechamento de muitas discussões na esfera limitada da direção – vive hoje uma crise. O ex-coordenador e os seus sucessores envolveram-se diretamente na fundação de uma nova tendência do Bloco, a Tendência Socialismo, a qual pretende desempenhar um papel hegemónico na direção política do partido, e que deixou de fora outra parte da maioria, com destaque para os aderentes afetos à UDP que agora protagonizam uma outra tendência. Por si só, o estilhaçar da maioria em correntes diferentes não será negativo e a sua legitimidade é indiscutível. O discurso “anti-correntes” corre sempre o risco de parecer querer limitar o direito de organização. É preciso assim reafirmar que o direito de tendência e a organização da pluralidade são património indiscutível da esquerda que queremos.

A crise no espaço maioritário só é questão para o conjunto do Bloco pelos perigos de dissolução que possa acarretar ou pelos perigos de um novo arranjo nas cúpulas aumentar o sentimento de exclusão dos processos de decisão de parte significativa da organização. A crise no espaço maioritário só é nociva porque se tem traduzido na ideia de que o Bloco não se entende não se entendendo contudo porquê. Ou seja, não se percebendo o que divide em termos ideológicos as novas correntes, há também o perigo de se construir a imagem de uma disputa de lugares sem base política.

## **Estruturas organizativas**

### *Funcionamento*

Texto a)

Se as estruturas de base são simultaneamente espinha dorsal e sistema nervoso central do Bloco de Esquerda, **a democracia constitui o seu sistema arterial.**

Em matéria de democracia o Bloco não precisa só de parecer sério, tem de ser sério. O BE só pode ser exemplarmente democrático.

**A democracia constitui o mais poderoso veículo de sedimentação orgânica e de mobilização dos nossos activismos e, como tal, só pode estar no centro do processo de construção do Bloco, que se deve escorar no princípio da auscultação e da participação, da**

**decisão e da informação colectiva da base ao topo, no respeito pelas competências estatutárias de cada órgão.**

O princípio electivo das estruturas de coordenação e de direcção deve ser generalizado, independentemente do escalão ou da sua dimensão, e, nas condições existentes, expressar representatividade e revigoração.

Os mecanismos de informação devem ser igualmente generalizados, designadamente fixando minutas de cada reunião e distribuindo-as prontamente pelos membros da estrutura a que a mesma corresponde.

**A Mesa Nacional, como órgão máximo entre Convenções deve ser valorizada e as minutas das suas reuniões distribuídas por todos aderentes, conjuntamente com as Resoluções aprovadas, através do Correio da Mesa e do portal do Bloco.**

A substituição da designação de Comissão Política por Comissão Permanente deve representar mais do que um sinal, uma intenção de recentrar as suas funções nos estritos limites determinados pela aplicação das decisões da Mesa Nacional

#### Texto b)

3. O aprofundamento da democracia participativa ao nível interno poderá encontrar concretização através de instrumentos como -entre outros -as consultas e auscultações de opinião (vinculativas ou não vinculativas) aos/às militantes, ativistas ou, em alternativa, às estruturas distritais ou concelhias no seu conjunto.

4. A assunção do BE como esquerda alternativa começa no seu interior, colocando em prática o aprofundamento na organização participada que propõem para o todo social.

5. O direito a resposta deve estar contemplado sempre que uma estrutura organizativa se dirige a outra, ou aderentes se lhe dirigem.

#### Texto c)

PROBLEMA – como se interligam os organismos?

Obrigatório; minuta de todas as reuniões, contendo presenças, ordem de trabalhos, propostas apresentadas, votações e outras decisões. Estas minutas devem ser enviadas a todas e todos os aderentes envolvidos no respetivo âmbito. Imprescindível leitura de seis em seis meses, em reunião, para balanço do que foi cumprido e porque não se cumpriu o que ficou por concretizar.

PROBLEMA – o que é a responsabilização individual e como enquadrá-la no funcionamento de cada coletivo?

Todas as decisões devem ter inerente a explicitação, de quem as concretiza, tendo que ser sempre tomadas em reuniões, presenciais ou não, mas sempre com a maioria consultada.

PROBLEMA – para que servem os grupos de trabalho?

Seja qual for o seu âmbito, não devem tomar decisões, apenas estudar matérias e fazer propostas de soluções.

PROBLEMA – como inter-agir com os movimentos sociais e o mundo sindical?

Considero que este é o gigantesco problema, que se o BE conseguir resolver, ganha o governo. (seja lá isso o que for) Tenho algumas ideias, muito genéricas, que por isso não expresso aqui, sabendo como sei, que este “é outro campeonato...”

#### Texto d)

7. Uma organização do tipo piramidal que funcione essencialmente de “cima para baixo” não é democrática, não estimula o compromisso individual e coletivo e não responde à realidade dos dias de hoje, marcada por fluxos de informação e iniciativa horizontais, que podem partir de um simples telemóvel e atingir rapidamente milhares de pessoas. A democracia constitui o mais poderoso veículo de sedimentação orgânica e de mobilização dos nossos ativismos e, como tal, só pode estar no centro do processo de construção do Bloco, que se deve escorar no princípio da auscultação e da participação, da decisão e da informação coletiva da base ao topo, no respeito pelas competências estatutárias de cada órgão.

8. O Bloco precisa de se transformar numa ampla rede de participação democrática e de influência política e social, necessariamente estruturada a partir dos órgãos definidos estatutariamente, mas concentrada na formação de núcleos, grupos de trabalho e coletivos, ligados por espaços de debate transversal e generalizado nas diversas escalas (setorial, concelhio, distrital, nacional ou de uma simples iniciativa), gerador de grande capacidade de intervenção política.

9. Não subvalorizando a disputa política dos setores mais progressistas da base social de apoio do PS, o Bloco deve focar energias no vastíssimo “exército de abstencionistas” onde hoje se encontram os setores mais radicalizados - ainda que, grosso modo, pouco politizados - da sociedade portuguesa. Nesses setores reside um grande potencial de crescimento para o Bloco. As estruturas de base do Bloco - as concelhias, os núcleos e outros coletivos de ativismo, devem estabelecer áreas de porosidade com a sociedade, abrirem-se aos simpatizantes, à orla, aos cidadãos sem partido que queiram participar, colaborar, intervir, criando mecanismos regulares de diálogo com não aderentes.

10. A partir do reconhecimento de que faltam no Bloco “processos de participação que se acrescentem às assembleias de debate e aos organismos eleitos”, a VIII Convenção definiu como prioridades de organização “a criação de formas ativas de participação na decisão e de caminhos para o ativismo em coletivo e o alargamento da rede de comunicação de ideias”, através da realização mais regular de plenários distritais e concelhios mas, também, da formação de: - Coletivos de iniciativa que se reúnam por temas ou por acontecimentos, para criar capacidade militante; - Coletivos sectoriais para juntar forças, estimular a criação de alternativas de esquerda ou apoiar o trabalho de eleitos ou ativistas nos movimentos sociais, nas autarquias, empresas e setores profissionais.

11. Da moção aprovada consta ainda que “o partido deve estimular os coletivos existentes e dinamizar a atividade regular que melhore a disputa de influência social” e a possibilidade de realizar “assembleias distritais no modelo de convenção, com debate político e votação de moções de orientação”. O objetivo é claro: “criar o espaço para garantir que a base de um partido de massas seja constituída por muitos ativistas organizados em permanência e em rede”.

## *Local*

### Texto a)

#### 3. Participação e organizações de base

A organização do Bloco tem como primeira finalidade reunir e mobilizar os aderentes para a intervenção política a partir de ativismos, militâncias, interesses e disponibilidades muito diferentes e, também, em contextos locais muito variados. Não organizamos para termos um organograma perfeito mas sim para que a organização permita respostas sociais e políticas que o Bloco deve protagonizar ou animar.

A vida política no Bloco deve intensificar-se e assegurar os espaços elementares da democracia e da participação interna. As organizações do Bloco devem realizar plenários de dois em dois meses e devem discutir a constituição de coletivos de aderentes, permanentes ou não, em função da atividade que realizam e da resposta social que o Bloco quer dinamizar (autarquias, empresas, organizações ou movimentos sociais, setores profissionais, intervenção na juventude, tarefas internas, formação ideológica).

No contexto atual e de acordo com as condições locais, deve ser valorizada a organização e intervenção junto dos eleitos autárquicos, das principais empresas, dos jovens e estudantes, dos reformados e dos trabalhadores precários.

### Texto b)

16. As estruturas de base devem ser acompanhadas no sentido de cruzarem a sua atividade com as nossas agendas de luta - política, laboral, social, feminista, ecológica, com a atenção estratégica a dedicar ao setor da juventude e com a preocupação de se firmarem como pólos aglutinadores da unidade à esquerda. O aumento consistente do número de aderentes depende fundamentalmente deste esforço, como deve, naturalmente, beneficiar das políticas nacionais desenvolvidas centralmente ou por via parlamentar.

17. As organizações do Bloco devem realizar plenários frequentes (no mínimo de dois em dois meses) e devem discutir a constituição de coletivos de aderentes, permanentes ou não, em função da atividade que realizam e da resposta social que o Bloco quer dinamizar (autarquias, empresas, organizações ou movimentos sociais, setores profissionais, intervenção na juventude, tarefas internas, formação política). No contexto atual e de acordo com as



condições locais, deve ser valorizada a organização e intervenção junto dos eleitos autárquicos, das principais empresas, dos jovens e estudantes, dos reformados e dos trabalhadores precários.

18. É neste contexto que, em função do estágio de desenvolvimento de cada organização, se coloca a necessidade de maior regularidade nas assembleias concelhias e distritais, na divisão da atividade por áreas e frentes de trabalho, na implementação quer de processos de planificação realista das atividades quer do seu regular balanço de execução, na base de uma cultura de responsabilidade partilhada.

19. A inexistência de uma sede em cada concelho onde haja organização, designadamente com representação autárquica, é um fator objetivo de asfixia, de condicionamento da sua capacidade de trabalho. Os custos para manter abertas sedes devem ser tendencialmente autossustentados. Devem constituir espaços de encontro, onde se prepara o trabalho partidário, mas onde se organizam também redes de sociabilidade à esquerda, espaços de tertúlia, de debate, de formação formal ou informal ou de apoio a movimentos e iniciativas unitárias, pontos de interseção de uma multiplicidade de circuitos de pensamento crítico e alternativo.

20. O objetivo deverá ser o de multiplicar o número de núcleos (concelhios ou outros) e de grupos de trabalho existentes, com capacidade e autonomia de intervenção, envolvendo mais aderentes na atividade do Bloco. Também a política de finanças e os orçamentos do Bloco de Esquerda devem refletir esta prioridade - todo o apoio às estruturas de base. O reforço de recolha de fundos por parte dessas estruturas, na perspetiva de aumento das margens de autofinanciamento, deve ser objeto de acompanhamento e de planeamento no médio e no longo prazo.

21. A circulação de informação e o debate político têm de ser assegurados de forma transversal a toda a organização. A Comissão Política deve garantir de forma regular e contínua a interação das organizações do Bloco em todos os distritos/regiões, com participação periódica quer nos plenários quer nas reuniões dos órgãos de direção das estruturas locais. O Bloco deve persistir na construção participativa de decisões centrais para a organização e reforçar processos participativos de construção de programas eleitorais e projetos de lei como aconteceu no caso da lei dos turnos ou na utilização do teatro legislativo. Os coletivos setoriais ou temáticos devem ter um papel ativo na definição da linha política do BE sobre os setores ou temas em causa e a sua opinião deve ser tida em conta.

22. A Comissão Política acompanha as organizações distritais e regionais, dinamizando e apoiando as respetivas capacidades de iniciativa autónomas. Será constituído um grupo de trabalho respondendo em permanência sobre temas pertinentes neste âmbito (informação e articulação política, propaganda, iniciativas, campanhas, deslocações de dirigentes nacionais, etc.). Caberá ainda a este grupo de trabalho apoiar a preparação e edição de materiais de campanha adaptados à realidade local, com conteúdos específicos, etc. As Coordenadoras Nacionais (trabalho, estudantes, autarquias) devem reforçar a sua articulação com as organizações locais, contribuindo para dinamizar os núcleos existentes ou a criar.

## Texto c)

**As estruturas de base do Bloco – as concelhias, os núcleos e outros colectivos de activismo devem estabelecer áreas de porosidade com a sociedade, abrirem-se aos simpatizantes, à orla, aos cidadãos sem partido que queiram participar, colaborar, intervir, criando mecanismos regulares de diálogo com não aderentes.**

O nível de participação e o grau de envolvimento de cada aderente é naturalmente diferenciado e o seu enquadramento orgânico suficientemente flexível para respeitar quer o grau de disponibilidade quer a sua sensibilidade para intervir em áreas mais estritamente partidárias ou em movimentos sociais, sem que, em qualquer destas opções, os seus direitos possam ser diminuídos.

A autonomia de cada aderente que ocupe cargos electivos de carácter institucional, a nível local ou nacional, deve ser respeitada no estrito âmbito da sua articulação com as estruturas partidárias correspondentes, que o devem apoiar.

**A inexistência de uma sede em cada concelho onde haja organização, designadamente com representação autárquica, é um factor objectivo de asfixia, de condicionamento da sua capacidade de trabalho.** Os custos para manter abertas sedes devem ser tendencialmente auto-sustentados, libertando-se esses espaços do carácter desmazelado, sombrio e de depósito de materiais, para darem lugar a espaços de encontro, onde se prepara o trabalho partidário, mas onde se organizam também redes de sociabilidade à esquerda, espaços de tertúlia, de debate, de formação, formal ou informal ou de apoio a movimentos e iniciativas unitárias, pontos de intersecção de uma multiplicidade de circuitos de pensamento crítico e alternativo.

**As estruturas de base devem ser acompanhadas no sentido de cruzarem a sua actividade com as nossas agendas de luta – política, laboral, social, feminista, ecológica, com a atenção estratégica a dedicar ao sector de juventude e com a preocupação de se firmarem como pólos aglutinadores da unidade à esquerda.**

O aumento consistente do número de aderentes depende fundamentalmente deste esforço, como deve, naturalmente, beneficiar das políticas nacionais desenvolvidas centralmente ou por via parlamentar.

## Texto d)

A intervenção do Bloco no terreno terá como base a sua organização territorial e sectorial e um sistema flexível de trabalho em rede que assegure a todos o acesso à informação, à participação e capacidade/possibilidade sustentada de intervenção na formação da política e, logo, na sua concretização.

Os núcleos de intervenção local e regional devem ter como base, sempre com o fito de ampliação e recrutamento, as listas formadas para as eleições autárquicas que são o elemento mais amplo de influência no movimento social indiscriminado e de possibilidade do seu alargamento.

## Texto e)

### A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO LOCAL NO CRESCIMENTO DO BE

Nos últimos anos, o Bloco de Esquerda estagnou no seu necessário crescimento, pois os novos aderentes mal chegam para suprir aqueles que se afastam, muitas vezes impedidos de desenvolverem um trabalho profícuo nos seus núcleos, por não pertencerem à corrente «certa» ou, ainda pior, por ficarem marcados por certos dirigentes.

O nosso partido está muito fechado sobre si próprio, não conseguindo chegar aos potenciais novos aderentes. Temos sido bastante eficazes na divulgação das nossas propostas, mas muito ineficientes no recrutamento que se deveria seguir à mobilização.

Por não termos um trabalho local visível, temos dificuldade em chegar às pessoas, nos seus locais de trabalho, nos seus locais de lazer, nas redes sociais, etc. e só conseguimos chegar perto das pessoas, quando elas estão envolvidas em alguma luta apoiada por nós. Acontece que a esmagadora maioria da população não está habitualmente envolvida em qualquer luta e precisamos de chegar a essas pessoas.

Muito menos temos a capacidade de criar eventos locais, que mobilizem a população. E se, pontualmente, conseguimos mobilizar, não somos capazes de aproveitar essa mobilização para convencer as pessoas envolvidas a entrarem para o nosso partido.

Por não termos suficiente número de militantes em muitas localidades, não temos capacidade para fazer trabalho local. Por não termos trabalho local não conseguimos recrutar novos aderentes.

### **Como sair deste círculo vicioso e transformá-lo num círculo virtuoso?**

Todos nós, ativistas do BE, temos de centrar a nossa estratégia de intervenção política, sempre com o objetivo de angariar mais aderentes, para ficarmos cada vez mais fortes.

Devemos criar eventos voltados para fora do nosso círculo de aderentes e, mesmo quando realizamos um evento interno devemos convidar para esse evento não-aderentes do Bloco.

Temos de acelerar o processo de criação de núcleos nos locais de trabalho, nas escolas e no maior número possível de localidades do país. Só assim seremos capazes de chegar ao cidadão comum.

No fundo, temos de trabalhar muito mais, desenvolver atividades, criar eventos, criar núcleos, para sermos capazes de crescer.

A definição das tarefas que podemos e devemos desenvolver compete aos coletivos concelhios, que conhecem melhor as especificidades locais.

Quando não existirem coletivos concelhios, 15 anos após a fundação do BE, temos de pedir responsabilidades aos coletivos distritais, por não estarem a desenvolver cabalmente o seu trabalho.

Se o coletivo distrital não funciona como deve ser, temos de pedir satisfações à Mesa Nacional, por não estar, eventualmente, a desenvolver da forma mais adequada o seu trabalho de direção e coordenação.

Precisamos também de aprofundar a democracia interna, de modo a prevenir no futuro situações anómalas como as que ocorreram no distrito do Porto, em que se chegou ao cúmulo de vetar a entrada de novos aderentes, com evidente prejuízo do coletivo bloquista e apenas com o intuito de fazer prevalecer ambições pessoais ilegítimas e antidemocráticas. Precisamos, pois, de ser mais criteriosos na escolha dos nossos dirigentes.

Não podemos ter dirigentes que insultam, ameaçam, mandam cortar a eletricidade para boicotar reuniões, que seduzem militantes a troco de cargos, que bloqueiam decisões democráticas, inscrevem aderentes fantasmas, devassam a vida privada de camaradas, caluniam, fazem tudo para afastar quem se lhes opõe, ao mesmo tempo que promovem aqueles que alinham com eles nos seus esquemas sujos, indignos de um militante do BE.

Corremos o risco de desaparecer, se persistirem no nosso coletivo dirigentes deste calibre.

Consideramos que a existência de tendências dentro do BE constitui uma maisvalia que enriquece o nosso património e dá mais profundidade à democracia interna. Não transformemos esta saudável diversidade ideológica num palco de vaidades onde o que mais conta é o protagonismo individual, em detrimento dos nossos objectivos coletivos. Em todas as tendências do BE existem pessoas da melhor qualidade e são essas pessoas que devem ter lugar de destaque e de direção e não aqueles oportunistas que se aproveitam de sermos um partido aberto, democrático e tolerante para treparem à nossa custa e à custa dos nossos princípios socialistas e democráticos.

Os nossos Estatutos não incluem uma cláusula fundamental num organismo democrático, que é a possibilidade expressa de um grupo de aderentes poder convocar uma reunião plenária de qualquer organismo do BE. Sugerimos que, no futuro, seja contemplada a possibilidade de um grupo de aderentes que represente 10% do coletivo a que pertence, possa convocar uma reunião plenária desse organismo.

## Texto f)

Em harmonia com os princípios expressos nos estatutos do BE vêm os/as subscritores/as apresentar as seguintes propostas, sem prejuízo das normas estatutárias já existentes e de outros contributos que sejam propostos:

1. Na fase em que nos encontramos, a organização concelhia deve ser assumida como a instância fundamental da organização local (ou territorial).

2. Esta orientação deverá traduzir-se no acentuar do papel das **comissões coordenadoras concelhias** que assumirão as seguintes funções:

2.1 Transmissão e implementação de informações e orientações provenientes de estruturas nacionais e distritais, mas também em sentido inverso, deve ser sua incumbência a

transmissão aos órgãos distritais e nacionais das informações, das análises e das propostas apuradas democraticamente nas organizações concelhias.

2.2 Esta troca de informações, análises e solicitações deve realizar-se de forma bidirecional por esse facto representar a coexistência de duas agendas políticas complementares: Uma feita dos problemas, questões e projetos locais e outra nacional. Sem a existência de uma agenda local consistente, reveladora de conhecimento da realidade local e que responda às necessidades do/a cidadão/ã residente, este não confiará o seu apoio e o seu voto. A esta proposta subjaz o entendimento de que as análises de âmbito local e de âmbito nacional interdependem e se completam mutuamente.

2.3 Dinamização das atividades do Movimento no concelho incluindo:

- Constituição de uma agenda local que vá ao encontro das necessidades da população e sua divulgação;
- Coordenação dos diversos vetores do trabalho concelhio;
- Comunicação direta e indireta com a população local;
- Mobilização dos/as militantes e a sua integração na estrutura e no trabalho, incluindo o recrutamento e a incorporação de novos aderentes;
- Representação do Bloco junto das instituições locais;
- Divulgação das tomadas de posição do Bloco a nível local, através da comunicação social e da web;
- Acionar os mecanismos de difusão e de fluxo de comunicação nos órgãos de comunicação formais dentro do BE.

2.4 Outra vertente da atividade a promover pelas concelhias é a coordenação do trabalho a desenvolver pelos/as autarcas eleitos/as em cada concelho, garantindo:

- Bons níveis de uniformidade de tomadas de posição a nível dos órgãos municipais e de freguesia,
- A realização regular de reuniões de trabalho para esse efeito assim como - caso o entenda necessário - a criação, dinamização e coordenação de um grupo de trabalho (GRUPO AUTÁRQUICO CONCELHIO) que assegure as funções de:
  - troca de informação entre autarcas concelhios,
  - definição de estratégias e agendas comuns de atuação,
  - articulação de esforços,
  - formação e autoformação,
  - levantamento do trabalho efetuado para reporte às instâncias de coordenação.

3. Para assegurar uma conexão sólida e regular entre as estruturas locais, nacionais e intermédias (distritais) devem ser criadas/escolhidos nestes três níveis de organização, responsáveis ou ser criados organismos cuja função seja a de assegurar a ligação permanente ou regular entre si dos diferentes níveis da organização, assim como responder às suas solicitações, informações e propostas, formalmente apresentadas. Não promover esta regular troca de sinais em ambos os sentidos seria condenar a organização em geral e em particular a direção do movimento a uma espécie de autismo em que seria privada de sinais políticos das

várias áreas geográficas em que se estende o Movimento, remetendo-o para um conceito organizacional esvaziado do contributo participativo de todos os seus aderentes e privando-o de informação útil de muitos e muitas aderentes de todo o país e de todas as áreas de atividade.

### Texto g)

2. O trabalho local a nível das freguesias, localidades e bairros deve merecer incentivo, estimulando-se a sua autonomização por parte das concelhias-sempre que reunidas as condições mínimas julgadas necessárias. Compete às concelhias assegurar a coordenação do trabalho entre freguesias tendo em vista o devido enquadramento e a não sobreposição de esforços. Chegando aos bairros e freguesias, a organização caminhará em direção às pessoas cujo interesse é seu desígnio defender, aproximando-se da sua realidade concreta, incorporando as suas opiniões, retirando-as ao alheamento político e envolvendo-as em atos de participação cidadã.

### Texto h)

Nesta conferência debateremos formas para melhor nos organizarmos. Como podemos enraizar o bloco na luta social? Como organizar a nossa intervenção localmente e em articulação nacional para combater o rolo compressor da austeridade permanente que nos prometem PSD/CDS e PS? Nessa reflexão devemos olhar para as experiências que não correram bem e para aquelas em que fizemos um bom trabalho.

O tema da habitação sempre foi central na nossa intervenção. Assumimos a centralidade de um direito fundamental que está cada vez mais posto em causa e com consequências dramáticas na vida das pessoas. No parlamento sempre apresentámos propostas combativas sobre a renda apoiada, sobre o novo regime de arrendamento urbano ou sobre o crédito habitação. Estas iniciativas legislativas foram construídas em forte articulação e proximidade com protagonistas e ativistas sociais. A atividade parlamentar ganhou com a massa crítica e ativismo que construímos na rua. É esse caminho que temos feito que queremos destacar.

Em 2010, trazendo para a rua as nossas propostas sobre reabilitação urbana e desenvolvimento da economia, lançámos a campanha “aqui podia viver gente”. Um coletivo em lisboa que juntou dezenas de militantes pensou, preparou e pôs em marcha uma das campanhas com maior visibilidade que já realizámos. Lançámos um site onde publicámos artigos e onde compilávamos informação sobre prédios devolutos na cidade. Preparámos equipas e pintámos dezenas de fachadas de prédios devolutos. “Criar emprego, baixar as rendas, reabilitar a cidade” era o mote para estes murais que identificaram o Bloco na luta contra a especulação imobiliária. O modelo de organização deste coletivo de intervenção setorial funcionou e replicámo-lo em campanhas eleitorais em Lisboa e noutras cidades.

Em 2012, este coletivo reorientou a sua intervenção para responder ao ataque do governo PSD/CDS, que já estava previsto no PEC4 do governo Sócrates, sobre o novo regime de arrendamento urbano. A lei dos despejos iniciou uma onda de terror sobre os inquilinos mais idosos com rendas antigas. Os proprietários não perderam tempo e inundaram os arrendatários com cartas ameaçadores com aumentos brutais e inoportunos para a maioria

dos inquilinos. O coletivo em Lisboa definiu uma estratégia de resposta a este ataque sobre o direito a habitação. Organizar sessões públicas abertas por toda a cidade foi a resposta. Em simultâneo criámos um simulador de cálculo que ficou disponível no [esquerda.net](http://esquerda.net) e que registou milhares de visitas. Redigimos também uma carta modelo que servisse de orientação aos inquilinos para preparem a resposta obrigatória e dentro do prazo aos proprietários. Fizemos dezenas de sessões públicas, algumas com pouco mais de uma dezena de pessoas outras com mais de uma centena. Contactámos com muitas centenas de pessoas por todo o concelho e distrito, sendo na sua larga maioria a primeira vez que estavam presentes numa iniciativa do Bloco de Esquerda. Explicámos a lei, ajudámos a esclarecer dúvidas, a redigir cartas de resposta e sobretudo confirmámos a revolta destes inquilinos contra o governo PSD/CDS e contra a ministra Assunção Cristas.

## *Distrital*

### Texto a)

A atividade das Coordenadoras distritais tem refletido a necessidade do reforço do apoio da direção a diversos distritos com profundas debilidades políticas e organizativas. Em alguns desses distritos, onde as dificuldades são mais graves, a Comissão Política deverá, com as estruturas e assembleias plenárias distritais, aprovar planos de implantação distrital, identificando recursos, meios, metas e objetivos para cada um dos casos. Nestes distritos, as coordenadoras distritais podem dar lugar a secretariados interconcelhios que assegurem a execução dos planos de implantação e a articulação de trabalho entre as concelhias que existirem. Os seus membros são indicados pelas concelhias. Estas situações deverão ser objecto de debate nas respetivas assembleias distritais.

As coordenadoras distritais, nomeadamente nas regiões de maior implantação do Bloco, devem avaliar o seu funcionamento e discutir outros modelos de funcionamento da coordenadora que não apenas a habitual reunião plenária, nomeadamente, agregando concelhos por critérios de proximidade, implantação ou outros (urbanos, rurais), criando secretariados interconcelhios no âmbito da coordenadora.

### Texto b)

24. A atividade das Coordenadoras distritais tem refletido a necessidade do reforço do apoio da direção a diversos distritos com profundas debilidades políticas e organizativas. Em alguns desses distritos, onde as dificuldades são mais graves, as estruturas e assembleias plenárias distritais deverão aprovar planos de implantação distrital, identificando recursos, meios, metas e objetivos para cada um dos casos. Nestes distritos, deverá competir às assembleias distritais a articulação da atividade e intervenção políticas, podendo ser criadas estruturas de ligação inter-concelhias que assegurem a execução dos planos de implantação e a articulação de trabalho entre as concelhias que existirem. Estas situações deverão ser sempre objeto de debate e de decisão nas respetivas assembleias distritais.

25. As coordenadoras distritais, nomeadamente nas regiões de maior implantação do Bloco, devem avaliar o seu funcionamento e discutir outros modelos de funcionamento da

coordenadora que não apenas a habitual reunião plenária, nomeadamente, agregando concelhos por critérios de proximidade, implantação ou outros (urbanos, rurais...), criando formas de articulação interconcelhias no âmbito da coordenadora.

#### Texto c)

E a solução para isso passa em boa medida pelo **reforço do funcionamento colectivo das organizações distritais**, fundamentais no acompanhamento às concelhias, pela discussão colectiva dos problemas organizativos, na implementação de um espírito de entreajuda, na disponibilização de recursos, na existência de uma rede de sedes, na elevação do nível de debate político e ideológico, na adopção de medidas organizativas mais adequadas ao esforço de implantação, mas fundamentalmente na discussão dos problemas centrais em cada concelho, designadamente dos que adquirem dimensão regional, em coadjuvação com os grupos sectoriais, que devem ter funções auxiliares de carácter propositivo.

#### Texto d)

1. Além do previsto estatutariamente, propõem os/as subscritores/as as seguintes atribuições para coordenadoras distritais:

- Dinamização da atividade das concelhias que revelem dificuldades no seu desenvolvimento e/ou solicitassem intervenção;
- Promoção e coordenação de atividades articuladas entre concelhias;
- Criação de grupos de trabalho por temas /causas e atividades para atuarem a nível distrital;
- Reporte aos órgãos nacionais de atividades desenvolvidas no seu território geográfico;
- A integração e coordenação a nível distrital de estruturas de organização laboral, sindical, estudantil e de aderentes ou grupos de ação associados a causas;
- Garantir a reunião regular com representantes de todas as coordenadoras concelhias do distrito;
- Representação da organização distrital, no seu conjunto.

## Comunicação

#### Texto a)

*“A imagem, para o exterior, de um partido político, tem por contraponto a influência, no interior do mesmo, da opinião pública.”* – dizem alguns.

Esta afirmação é uma não-frase. O carácter vago dos termos “imagem” e “opinião pública” é uma parte do problema. E o termo “contraponto” é o essencial da questão.

Desenvolvendo os dois aspetos:

a) O que as televisões e jornais, comentadores e outros adversários de ocasião, neoliberais assumidos ou envergonhados, vendem como “imagem” e como “opinião pública” é um produto pago (normalmente muito bem pago) que temos de saber combater, mas que faz parte do estado normal das coisas: resulta do poder do dinheiro gordo sobre a comunicação



social, e afeta-nos por não termos, até hoje, conseguido construir um contrapoder eficaz, um meio de passar as nossas posições.

Mas há uma parte disto que foi e é construída por nós próprios. Quando usamos a comunicação social para expressar pontos de vista distintos da posição “oficial”, assumimos (bem ou mal) não ter o poder de o fazer internamente, de modo eficaz. E se uma direção não consegue compreender que é sua tarefa essencial fazer com que a informação e discussão internas sejam asseguradas cabalmente, de forma a que, para qualquer aderente, isso seja evidente, então ficam criadas as condições para que se busque no exterior o que não é visto como uma possibilidade interna.

b) O termo “contraponto” sugere que há algo de natural em falar destas coisas como os dois lados da mesma moeda. Ora o que se está a falar é de dois aspetos de uma mesma coisa: a esquerda tem um inimigo central, o capitalismo, que a combate, a todo o momento, dentro e fora das suas organizações.

O contraponto de algo que nos enfraquece é algo que nos dá forças. E para usar “nós” como sujeito, terá de não se ter receio de colocar as questões em termos de luta de classes.

Mais uma vez, uma parte do problema tem a ver connosco. Tornamo-nos menos úteis, se não formos capazes de compreender que a confiança de eleitores no programa de um partido, a colaboração ativa dos aderentes nas tarefas que o partido lhes propõe, etc., dependem de uma direção que não se isole, em nome da necessidade de respostas imediatas. Mas não só: o mesmo também se aplica a cada um de nós. Depende da forma de ser e de estar de todo o partido, da sua identidade.

Haja uma direção que procure garantir a integração das diferenças. E aderentes que procurem que o partido lhes dê respostas, que se movam por convicções, para quem a demissão pessoal não seja uma opção.

A comunicação dentro do BE não pode ficar-se pela troca de informação, deve incluir os mecanismos de decisão. Os órgãos eleitos, aos vários níveis, têm de poder sentir-se co-responsáveis pelas decisões. Cada aderente, sem mentir, deve poder considerar as mesmas decisões como suas. Se queremos ganhar a confiança das pessoas, teremos de fazer por isso, a começar por nós. Assim o saibamos fazer, essa é a responsabilidade da esquerda.

## Texto b)

A generalização do acesso à rede e a capacidade de ‘upload’ significativo (ou seja, da produção e difusão de conteúdos) está a mudar o trabalho, a intervenção e colaboração política à distância. A par das discussões e debates presenciais nas assembleias e núcleos locais do BE, é imprescindível, num partido com abrangência nacional, que a discussão entre nós saia da espuma das redes sociais ‘cotadas em bolsa’ e das cansativas e pouco profíguas listas de email.

Se virmos o BE não como ‘um colectivo’, mas como uma rede/nuvem deles (sejam colectivos regionais de proximidade, ou por identificação e tendência político-ideológica, ou por temática ou objectivo comum) aos quais os bloquistas vão pertencendo segundo entendem, importa

assegurar que todos os aderentes e os grupos estão em contacto entre si e que todos têm uma série de capacidades comuns de organização, para que o trabalho se potencie e optimize e consigamos responder à agenda de trabalho a todas as escalas de intervenção.

Precisamos, para isso, de instrumentos de contacto directo para construção comum de propostas e documentos, precisamos de ter a capacidade de tomar decisões colectivamente de forma ágil, a cada passo, de podermos criar grupos e subgrupos de trabalho consoante necessário, de forma aberta ou fechada, em diferentes constelações. Tudo isto é já possível e facilitado pela existência de plataformas que cruzam caminho entre a facilidade de utilização das redes sociais comerciais (como o FB ou o Twitter...) e as funções colaborativas de discussão e produção colectiva, online.

Um destes sistemas, o N-1, surgiu a partir das necessidades concretas de grupos de activistas, e agrega toda uma série de ferramentas que seriam muito úteis a um 'colectivo de colectivos' no sentido de organizar a participação. Não querendo, de todo, dizer que a criação de uma rede horizontal de trabalho em que os aderentes consigam comunicar e organizar-se entre si independentemente da sua posição geográfica seria condição suficiente para um acréscimo na nossa capacidade de acção (e atracção) política, creio que a constituição de um sistema de apoio e comunicação deste tipo é, pelo menos, uma das condições necessárias para isso acontecer.

(Esta opinião-proposta concretizar-se-à na conferência: estará montada uma banca (no corredor ou onde for possível) sinalizada, com mais informação sobre o N-1 e para dar apoio a todos os bloquistas que queiram experimentar e explorar o conjunto de ferramentas de trabalho em questão -a todos se estende o convite para lá passarem)

## **Grupo Parlamentar**

### **Texto a)**

PROBLEMA – qual a interação da organização, no seu todo; e qual a autonomia do grupo parlamentar e dos eleitos locais?

Devem sempre dar conhecimento do que têm para decidir e incentivar pedidos de opinião, no interior da organização e no mundo dos e das simpatizantes. Estão obrigados a cumprir o compromisso com que foram eleitos, mas tem de se lhes reconhecer toda a autonomia no seu voto, que é individual.

## Áreas de intervenção

### *Geral*

#### Texto a)

Em diversos movimentos sociais e frentes de luta (reformados, precários, professores, lgbt, género), o Bloco tem presentes aderentes. Porém, verifica-se que, no Bloco, está ainda ausente ou é muito escassa a reflexão e discussão coletiva sobre essa experiência. Isto é verdade em quase todos os setores, se exceptuarmos os do trabalho/sindical e estudantil. O Bloco deve voltar a promover formas de encontro e debate em áreas e setores de movimento social onde não o tem feito (mulheres e LGBT, por ex) e a Comissão Política e Mesa Nacional devem responsabilizar por estas tarefas dirigentes e ativistas com experiência e vontade para as concretizar.

#### Texto b)

7. O papel dos Grupos de Trabalho Permanentes sobre políticas setoriais aprovados na última Mesa Nacional (economia e finanças, agricultura e desenvolvimento rural, educação e cultura, saúde, ambiente): alargar a participação de aderentes na definição das políticas defendidas pelo Bloco e na preparação de iniciativas políticas e legislativas, fazer o levantamento dos aderentes ligados a essas áreas, articular com distritais. Estes grupos de trabalho são coordenados por um membro da CP e integram, para além de outros membros da Mesa Nacional e aderentes, os deputados com intervenção nessa área.

#### Texto c)

32. O papel dos Grupos de Trabalho Permanentes sobre políticas setoriais aprovados na última Mesa Nacional (economia e finanças, agricultura e desenvolvimento rural, educação e cultura, saúde, ambiente): alargar a participação de aderentes na definição das políticas defendidas pelo Bloco e na preparação de iniciativas políticas e legislativas, fazer o levantamento dos aderentes ligados a essas áreas, articular com distritais. Estes grupos de trabalho são coordenados por um membro da Comissão Política.

33. A Mesa Nacional deverá aprovar a constituição de um Grupo de Trabalho sobre organização interna e revisão de Estatutos que discuta e/ou consensualize amplamente modelos organizativos da pluralidade política que o Bloco representa. Seria também importante, encarando de forma saudável a diversidade de opiniões, a edição de um boletim interno bimestral.

#### Texto d)

23. O Bloco tem presença em diversos movimentos sociais e frentes de luta (reformados, precários, professores, lgbt, género). Porém, verifica-se que, no Bloco, está ainda ausente ou é muito escassa a reflexão e discussão coletiva sobre essa experiência. Isto é verdade em quase todos os setores, se excetuarmos os do trabalho autárquico, laboral e estudantil. O Bloco deve voltar a promover formas de encontro e debate em áreas e setores de

movimento social onde não o tem feito ou deixou de o fazer (ecologia, mulheres e LGBT, por ex.).

### Texto e)

Em sexto lugar, o BE deve reconhecer as dificuldades que tem para dinamizar coletivos ou grupos de trabalho sectoriais e fazer o balanço dos falhanços anteriores junto com os/as seus/suas dinamizadores/as. Os coletivos sectoriais ou temáticos devem ter um papel ativo na definição da linha política do BE sobre os sectores ou temas em causa e a sua opinião deve ser tida em conta. O seu método de funcionamento deve ser decidido pelos/as militantes que a eles decidam aderir, devendo ser encorajados a eleger a sua própria coordenação e moções em assembleia, desde que em conformidade com os estatutos do BE. O apoio ao trabalho de ativistas do movimento social, local ou laboral é, portanto, parte de uma relação dialética entre a direção do Partido e as massas, que se quer democrático, transparente e frontal. A situação política impõe ainda que, em vez de ser um partido a correr atrás do prejuízo mediático, o Bloco marque agenda propondo-se realizar campanhas de médio prazo com estruturas, materiais, ações de esclarecimento. A narrativa da melhoria do estado do país, a ilusão pós-troika e a austeridade permanente, por exemplo, necessitarão de uma campanha intensa e coordenada de contra hegemonia.

## *Autárquico*

### Texto a)

A 3 de Novembro, na primeira reunião da Comissão Nacional Autárquica após as eleições locais de 29 de Setembro, duas dezenas de intervenções retrataram diversas facetas duma batalha na qual registámos globalmente uma derrota política e eleitoral, entremeada com algumas vitórias de particular significado: a Madeira, onde o Bloco contribuiu para uma derrota histórica do jardimismo; Torres Novas, Entroncamento, Moita, Seixal, Portimão e Olhão, concelhos onde o Bloco conquistou ou manteve vereadores.

De registar ainda os resultados positivos, nalguns casos vitoriosos, das listas de cidadãos que contaram com a participação ativa do Bloco nos concelhos de Coimbra, Braga, Amares, Fafe, Soure, Belmonte, Beja e Santa Cruz (Madeira).

A redução do número de eleitos diretos nas Câmaras (8, eram 9), Assembleias Municipais (101 - 139) e Assembleias de Freguesia (138 - 235) reforça a exigência de qualidade no apoio a estes eleit@s por parte da Comissão Nacional Autárquica, em articulação com as Concelhias e Distritais. Temos vereadores em novas câmaras e aumentou o número de representantes do BE em Juntas de Freguesia, o que nos faz assumir novas responsabilidades executivas.

Mas o balanço das autárquicas faz-se também através das pessoas que integraram as listas e forem ganhas para continuar a trabalhar connosco, aderindo ou não ao Bloco, mas

dando massa crítica e maior consistência política e organizativa aos núcleos. O que ultrapassa o plano autárquico e se cruza com os temas da II Conferência Nacional.

Além da resposta quotidiana a solicitações de autarcas, realizaram-se: em Novembro, uma sessão de informação sobre o enquadramento legal e financeiro das freguesias agregadas e do processo de transição, organizada pela Distrital de Lisboa; a Assembleia Distrital do Algarve, a 14 de Dezembro, em Olhão, cujo primeiro ponto foi dedicado à intervenção autárquica; e uma reunião de autarcas do distrito de Setúbal, em 18 de Janeiro, na sede da Moita.

Na sequência da posição dos deputados municipais do Bloco na Área Metropolitana de Lisboa que subscreveram uma Declaração Política conjunta, o nosso voto foi decisivo para o chumbo da Comissão Executiva do “bloco central”, encabeçada por António Costa. Isto põe a nu o carácter centralista e antidemocrático daquele órgão e reforça a necessidade de eleição direta dos órgãos das Áreas Metropolitanas e das CIM, isto é, da regionalização.

As Jornadas Autárquicas, bem como os encontros regionais e próximas reuniões da Comissão Nacional Autárquica, deverão ter uma forte componente temática e formativa. Serão convidados periodicamente eleitos em funções executivas que possam enriquecer-nos com as suas experiências, problemas e desafios com que são confrontados diariamente,

Aprender, Incentivar e divulgar as boas práticas é o melhor apoio a prestar a centenas de autarcas e ativistas locais de todo o país. Que nenhum(a) se sinta isolado!

## *Trabalho*

### *Texto a)*

A centralidade do trabalho é a força motora de qualquer partido da esquerda. Aprofundar a influência social e laboral é uma condição fundamental para o enraizamento e alargamento do Bloco de Esquerda no mundo do trabalho enquanto partido de massas.

Essa tarefa de implementação está atrasada ao nível do trabalho, do movimento sindical, das comissões de trabalhadores (CT), e nas empresas e sectores. É necessário redobrar esforços, principalmente neste momento em que a pressão sobre os trabalhadoras e trabalhadores dos setores público e do privado se agudizam e aprofundam, e tendo em conta ainda o elevado nível de desemprego e precariedade, fatores que, como sabemos, conduzem à redução acentuada dos salários e à limitação e/ou bloqueio no exercício dos direitos fundamentais, em especial dos direitos laborais.

Para travar esta contínua transferência de riqueza do trabalho para o capital é necessária a reorganização de todos os trabalhadoras e trabalhadores. Só assim se impedirá o avanço deste autêntico “rolo compressor” sobre os seus direitos. É necessário defender salários e emprego, mas também a sistemática destruição do Estado Social e da Administração, sobretudo nos domínios da escola pública, do Serviço Nacional de Saúde e da Segurança Social.

Consideramos que o Bloco, através da **Coordenadora Nacional de Trabalho (CNT)** articulada com as diversas distritais e concelhias, e com os grupos parlamentares, nacional e europeu, deverá afirmar uma rede social de influência que permita aos nossos aderentes atuar em setores e empresas, organizando e intervindo, construindo solidariedades e trabalho de base organizado, alargando assim a nossa participação nas lutas presentes e nas que se anunciam.

O Bloco está já hoje presente no movimento sindical e social com ativistas em múltiplos sindicatos, CT's, nos movimentos sociais de trabalhadores precários e desempregados. O aumento de núcleos de intervenção laboral é todavia uma prioridade, mas só poderá ser levada a bom porto com um aprofundamento do trabalho com todos os aderentes, nos sindicatos, nas CT e sub-CT, nas diversas empresas e setores.

Entendemos que o Bloco deverá promover e acompanhar, através da CNT, com o envolvimento das distritais, a criação de grupos de trabalho e reuniões descentralizadas sobre questões laborais, dando nesta medida, uma dimensão distrital à nossa intervenção no mundo do trabalho. As possibilidades de trabalho neste domínio no futuro próximo são bastante amplas, quer nas empresas quer na Administração Pública, em especial nas áreas dos transportes públicos, da saúde e da escola pública, no setor privado automóvel, mas também no âmbito dos precários e dos desempregados. À escala Europeia, deverá aprofundar-se a participação dos bloquistas junto do grupo de sindicalistas do Partido da Esquerda Europeia e nas ações promovidas pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES).

Finalmente, entendemos que é necessário ajudar a construir o debate estratégico sobre matérias estruturantes do mundo laboral e sobre questões sociais, através de iniciativas temáticas promovidas pela CNT e alargadas à sociedade civil, contribuindo assim para a definição das propostas legislativa/parlamentares, e para reforçar a ação social nas empresas e setores.

## *Precariedade e desemprego*

### **Texto a)**

O assalto ao mundo do trabalho está a varrer os direitos e o salário a um ritmo avassalador. A degradação das condições para trabalhar e viver não é simplesmente o resultado da crise: este é o objectivo de uma política baseada na austeridade permanente sobre os sectores populares, que pretende instaurar um regime social baseado na precariedade e no desemprego. A capacidade de organização e a resposta colectiva são hoje a questão decisiva para a classe trabalhadora. É, por isso, uma prioridade do nosso projecto político e da construção da alternativa à devastação social em curso.

A reconfiguração das relações laborais, há muito uma componente essencial do projecto da classe dominante e das políticas dos sucessivos governos que o implementam, está agora numa fase de plano inclinado. A maioria da população activa está já numa situação de precariedade ou desemprego, como o reconhecem as próprias estatísticas oficiais. A

chantagem do desemprego, em conjunto com um dispositivo inédito de políticas agressivas e anti-sociais, pretende instalar o medo social como forma de contenção da resposta.

Esta ofensiva não espera. Perante a segmentação e a marginalização de vastos sectores, a classe trabalhadora está obrigada a encontrar respostas organizativas que evitem a desagregação. É na individualização e no isolamento que se impõe a força implacável da compressão dos salários e dos direitos, numa vertigem que coloca em causa as organizações de classe como as conhecemos.

A afirmação, ao longo dos últimos anos, do movimento de trabalhadoras e trabalhadores precários foi um dos mais significativos contributos para combater esta tendência. Este trabalho não conheceu descanso, porque nasceu de uma urgência que se agrava todos os dias. Mas já obteve resultados. Há hoje uma frente aberta neste duro combate para estancar a desvinculação de vastos sectores da luta organizada ou simplesmente do sentimento de representação. Existe hoje uma luta no campo do trabalho que inclui mais gente e combate esse perigoso êxodo. Há hoje exigências novas e concretas, que respondem aos desafios da precariedade e da sua articulação com o desemprego, na consciência de que se inserem no mais vasto ataque à classe trabalhadora como um todo.

O empenho de vários activistas do Bloco de Esquerda foi decisivo para a afirmação deste espaço de organização e combate político. Arriscámos, aprendemos, estabelecemos pontes e fomos à luta. Manter esta prioridade é, no momento actual, indispensável. Porque sabemos que o desafio é enorme e é preciso fazer muito mais. Nos movimentos, nos sindicatos, nas lutas concretas, nas mobilizações populares e em todas as convergências necessárias: o direito ao trabalho

## *Jovens*

### Texto a)

8. Um trabalho sistemático na juventude implica, antes de mais, vontade e empenho político de todos os dirigentes do Bloco. Se é certo que, fora do setor estudantil, temos tido dificuldades em alargar a nossa implantação, é também certo que algumas iniciativas realizadas por algumas estruturas locais ou pelo setor estudantil demonstram que é possível aproximar jovens e criar formas de participação que desenvolvam o seu ativismo no Bloco. A intervenção do setor estudantil não pode esgotar a iniciativa juvenil do Bloco.

A Comissão Política deve conceber e articular, em diálogo com os jovens militantes do Bloco e com as estruturas regionais e locais, um calendário de agitação e presença que nos permitam melhorar a nossa influência na juventude.

### Texto b)

Da forma como um partido se organiza depende em grande medida a sua força e capacidade transformadora. Um partido pode ter ideias claras, pode compreender o pulsar da relação de forças, pode ter programa sólido para a transformação da sociedade, mas se não tiver capacidade de organizar milhares de pessoas, de estar enraizado onde as lutas acontecem e

nas que estão por construir, então não será mais que um partido marginal. Foi esse o projeto que tínhamos quando criámos a organização de estudantes do Bloco: ter um setor de militantes organizado em torno da intervenção ativista e estudantil com capacidade de chegar a milhares de pessoas e de influenciar de forma decisiva o movimento estudantil. Três anos depois da criação do setor estudantil, importa lançar o debate em torno dos desafios que enfrentamos.

### **1. A nossa influência ativista alargou-se, mas está longe de ser satisfatória**

O setor estudantil é hoje o único núcleo setorial do Bloco realmente existente. É o único que organiza conferências nacionais com votação de moções estratégicas e eleição de órgãos próprios e uma estrutura de coordenação nacional. Na verdade, quando criámos o setor estudantil havia um compromisso coletivo do Bloco criar espaços de organização ativista (núcleos setoriais, grupos de trabalho, grupos de iniciativa...) para organização de militantes. Hoje é esse também o desafio desta conferência. No caso do setor estudantil a nossa influência ativista alargou-se: temos ativistas em seis associações de estudantes (FLUP, ISCTE, Teatro e Cinema, FCUL, FML e Secundária da Feira), quatro coletivos estudantis (UM, NovaSBE, FCSH, Artigo 74º), Conselhos Gerais (ISCTE e ESTC), pedagógicos (ISCTE, ESTC e FLUP) núcleos e comissões de estudantes (ISCTE, UTAD, FEUP, FCUP) e outros órgãos como Conselhos de Acção Social ou Mesas de RGA (ESTC, ISCTE e ICBAS). Nestes locais e noutros onde intervimos os ativistas estudantis do Bloco são decisivos e imprescindíveis. Organizam gente em torno do que afeta a vida, disputam a luta política diariamente, constroem as condições subjetivas para as luta de massas emancipatórias. Mas esta intervenção, fruto da estruturação deste setor ativista, é ainda insatisfatória para levantar um movimento estudantil que continua moribundo. Quem quer construir um partido de massas e com capacidade transformadora não pode fazer outra escolha: mesmo em momentos de refluxo do movimento, o partido deve estar organizado para intervir onde diariamente as pessoas sentem a dureza do capitalismo e da austeridade. Foi esse caminho começamos e continua a ser esse o nosso maior desafio.

### **2. Afirmámos o Bloco, mas enfrentamos desafios imensos**

O setor estudantil com a capacidade militante de dezenas de estudantes, para além da luta estudantil, tem conseguido organizar duas grandes iniciativas por ano: o inconformação e o acampamento de jovens. Nesse espaço vimos crescer uma nova geração de militantes bloquistas com imensa capacidade política e organizativa. O Bloco teve mais força sempre que juntou mais gente, mais estudantes, mais jovens. Foi nesse espírito que os nossos ativistas levaram para as universidades e para as escolas secundárias panfletos, debates e iniciativas culturais. Mas estamos longe de estar satisfeitos. Hoje temos pouca presença nas zonas fora dos grandes centros urbanos, temos tido dificuldade de chegar aos estudantes do secundário, temos sido incapazes de alargar as nossas iniciativas e de fazer chegar as ideias do Bloco onde elas ainda não chegaram para além da televisão e da internet. Esses desafios ditarão o futuro do Bloco, do movimento estudantil e também da sociedade portuguesa. Quem quer ser decisivo é assim mesmo: enfrenta todos os desafios com a generosidade militante, com solidariedade coletiva e com o coração numa esquerda que não ambiciona menos que virar o mundo ao contrário.



### Texto c)

34. Um trabalho sistemático na juventude implica, antes de mais, vontade e empenho político de todos os dirigentes do Bloco. Se é certo que, fora do setor estudantil, temos tido dificuldades em alargar a nossa implantação, é também certo que algumas iniciativas realizadas por algumas estruturas locais ou pelo setor estudantil demonstram que é possível aproximar jovens e criar formas de participação que desenvolvam o seu ativismo no Bloco. A intervenção do setor estudantil não pode esgotar a iniciativa juvenil do Bloco.

35. A Comissão Política deve conceber e articular, em diálogo com os jovens militantes do Bloco e com as estruturas regionais e locais, um calendário de agitação e presença que nos permitam melhorar a nossa influência na juventude.

### Texto d)

PONTO 30. A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda deve responsabilizar-se no imediato pela discussão e aprovação de uma estratégia concreta de intervenção junto da juventude. Reconhecendo a debilidade da nossa implantação juvenil, deve constituir uma comissão que se responsabilize pela elaboração de um plano de agitação e presença na juventude, bem como pelo acompanhamento dos grupos de jovens que existem ou venham a existir ao nível concelhio e distrital. Essa comissão deve ter uma composição ampla, incluindo ativistas que intervêm em diferentes setores e distritos. O plano a aprovar deve pensar a intervenção em banda larga, com iniciativas de agitação e de formação capazes de percorrer temas que vão da luta internacionalista às questões da precariedade e da habitação, da contracultura ao ecosocialismo, das sexualidades à propriedade intelectual. A esta Comissão caberá, em articulação com a Comissão Política, a coordenadora estudantil e outras estruturas setoriais e territoriais, a organização do acampamento Liberdade e de outras iniciativas nacionais.

### Texto e)

PONTO 8. Um trabalho sistemático na juventude implica, antes de mais, repensar o atual modelo de Coordenadora de Estudantes. Para existir vontade e empenho de todos os jovens do Bloco é necessário que esta Coordenadora seja mais abrangente nas áreas que atua. O setor estudantil tem sido um travão à participação dos militantes jovens do Bloco neste órgão nacional pela sua restrição nos espaços onde faz o seu ativismo. São hoje as organizações locais - regionais, distritais, concelhias - que garantem um trabalho mais alargado na juventude do Bloco. A intervenção não se pode ficar pelo setor estudantil nem este pode existir assim: esgotar a iniciativa juvenil do Bloco.

Os restantes espaços do Bloco e órgãos eleitos devem articular-se com os jovens do Bloco, nas suas várias estruturas nacional e locais, criando um programa de agitação e presença que nos permitam melhorar a nossa influência na juventude.

### Texto f)

Há cerca de quatro anos, a Coordenadora de Jovens do Bloco de Esquerda sofreu uma alteração estatutária e transformou-se em Coordenadora de Jovens Estudantes. Desde o

último mandato foi abolido o critério da idade, passando a existir como único critério de participação e eleição o facto de se ser estudante. Propomos, com este texto, uma reflexão profunda sobre o modelo mais adequado à realidade social que hoje se vive no país. A crise que hoje vivemos assolou as escolas e universidades. Precarizou a vida dos estudantes que se viram, em muitas situações, obrigados a abandonar os ensinos superior e secundário. Não podemos insistir num modelo de Coordenadora que não é capaz de dar resposta ao povo de esquerda, aos setores mais jovens da sociedade que mais sentem esta crise.

A Coordenadora de Estudantes, na verdade, continuou sempre a desenvolver um trabalho que extravasa em larga medida as questões estudantis. Os dois grandes exemplos desta realidade prendem-se com o facto de ser a Coordenadora de Estudantes a organizar o Acampamento Liberdade e o Fórum Inconformação, sendo ambos espaços de formação política direcionados para um setor, em geral, jovem e não apenas estudantil.

Outro dos problemas prende-se com o facto de, apesar de existir uma Coordenadora Nacional de Estudantes, ao nível concelhio e em muitos casos distrital, os militantes continuam a organizar-se em núcleos de jovens, muitos dos quais informais. Estes núcleos não conhecem hoje uma ligação política a um órgão central que coordene realmente esse trabalho. Mesmo nos casos em que foram eleitas coordenadoras distritais de estudantes, esses órgãos continuam a desenvolver uma série de atividades que não se confinam somente às questões de âmbito estudantil. Um exemplo disso são as festas, debates e espaços de formação (como é o caso do Marxismo da Gaveta para Fora) que estes espaços organizam. Este modelo não se refletiu num rejuvenescimento efetivo das estruturas locais do Bloco.

Algumas das nossas principais bandeiras são a luta contra as propinas, a igualdade no acesso ao ensino superior, ao combate por mais financiamento de bolsas e o seu pagamento a tempo e horas. Incoerentemente, este modelo de organização sectorial nega, no seu conceito, a eleição para cargos de direção tod@s aquel@s que hoje não estudam, em grande parte pelas razões que nos propomos a combater. Embora se possa argumentar que qualquer ativista do BE possa participar em qualquer área de intervenção social, a verdade é que este modelo não integra aqueles que hoje não podem estudar.

Não podemos insistir num modelo de Coordenadora que não é capaz de dar resposta ao povo de esquerda, aos setores mais jovens da sociedade que mais sentem esta crise. Estagnou burocraticamente parte do ativismo que existia. No entanto, não propomos uma Coordenadora de Jovens que não faça este trabalho nem tampouco propomos um regresso ao passado. Defendemos, sim, a abertura da discussão sobre um modelo mais amplo, inclusivo e democrático, onde o ativismo não se esgota nas matérias estudantis nem essas perdem espaço de discussão e relevância política. Uma Coordenadora que seja capaz de incluir e articular entre si ativismo vários, desde a precariedade aos direitos dos animais, da educação à investigação, do trabalho local à sustentabilidade, sem esquecer as questões feministas e LGBT. Com certeza, dando a importância necessária ao sector estudantil, mas voltando esforço para uma ampla parte dos militantes e da população mais jovem, que já não consegue estudar e é precária.

## Texto g)

A intervenção na juventude é um dos desafios mais importantes do Bloco de Esquerda. Hoje, essa intervenção está muito aquém do que devia. O nosso desafio é incluir na militância do Bloco muitos jovens que se reveem neste espaço político e que são hoje vítimas da crise capitalista.

Num texto de opinião divulgado no âmbito desta conferência “Jovens do Bloco: Todos Juntos pela Luta Toda”, identificava-se este problema e exprimia-se uma preocupação pertinente: não podemos responder “com um regresso ao passado” nem propor “uma Coordenadora de Jovens que não faça este trabalho”. Feito o diagnóstico, o desafio é então responder a esse problema com soluções. E sobretudo, juntar vontades para levá-las à prática. Esse é o contributo que agora damos.

**1. Alargar o setor estudantil.** O setor estudantil é o único com eleição de órgãos e moções próprias e tem sido essencial para atrair jovens e articular a intervenção nas escolas. Ele permitiu progredir na intervenção e nas nossas posições no movimento estudantil, mas persistem ainda dificuldades de alargamento nacional. Deve assim ter como prioridade a estruturação em todos os pólos estudantis, em particular onde não é razoável não termos ação organizada, e recuperar a escola e a universidade como espaço de crítica, insurgência e ação política, intervindo no movimento e formando quadros na luta social.

**2. Criar mais campanhas para a juventude.** O Bloco deve ter a capacidade de organizar campanhas nacionais ou locais mais irreverentes que atraiam jovens. Essas iniciativas devem ser da responsabilidade de todo o partido, da sua direção, do setor estudantil, das estruturas distritais e concelhias e de grupos setoriais.

**3. Espaços de formação de convívio.** Estes espaços já existem para os jovens desenvolverem a sua formação política e terem espaços culturais e de convívio, indispensáveis a qualquer organização. O acampamento é um bom exemplo de espaço de juventude para lá dos estudantes e até dos membros do Bloco. Devemos insistir no alargamento destas iniciativas e intensificar a formação política.

**4. Ter mais jovens no trabalho local.** Para lá da intervenção autárquica, falta-nos ainda fazer com que as concelhias e distritais tenham mais intervenção política local que inclua jovens na definição de campanhas locais e na intervenção temática. Esse trabalho no Bloco, entre todos os camaradas independentemente da idade, é a melhor forma de evitar uma divisão do partido entre “espaços de jovens” e “espaços de velhos”, que, além de ser uma definição feita não a partir da política mas de critérios etários artificiais, apenas contribuiria para o envelhecimento das estruturas locais do Bloco.

**5. Grupos setoriais.** Hoje já há vários jovens e não-jovens no Bloco que intervêm de forma decisiva em ativismos tão diferentes como o feminismo, LGBT, os bolseiros, os direitos dos animais ou o ambiente. Contudo, esses ativistas não têm constituído núcleos setoriais, grupos de trabalho ou de iniciativa. É preciso superar essa fragilidade. Todo o Bloco ganharia com estes espaços.

O Bloco deve ser um partido de massas e de ativistas que querem ser decisivos na luta social. Com a memória dos debates e das escolhas que coletivamente fazemos, devemos concretizar caminhos para respondermos a esses objetivos. É essa a proposta que fazemos também a esta Conferência e à Mesa Nacional.

## *Mulheres*

### Texto a)

A abrangência da proposta política do Bloco de Esquerda reclama um olhar social atento, capaz de perceber a complexidade e a diversidade que compõem a sociedade. Só um olhar abrangente, que não tome a parte mais forte das relações sociais como referente, poderá ser capaz de engendrar políticas públicas justas e que respondam à diversidade social e cultural.

As mulheres são a única maioria social tratada como minoria. Reclamar um olhar capaz de vencer a cegueira de género é, primeiro, uma questão de justiça elementar e, segundo, uma condição fundamental para compreender a sociedade na sua globalidade e diversidade. Ao nível da proposta política, o feminismo pode contribuir e constituir-se como grelha de leitura e análise social a dois níveis fundamentais: justiça redistributiva e justiça cultural.

A classe trabalhadora tem dois sexos. Percebê-la como uma totalidade indiferenciada trunca a realidade. Em Portugal, as mulheres ganham, em média, menos 18% do que os homens, o que significa que, para acederem a um rendimento igual, teriam que trabalhar mais 65 dias por ano. Apesar de estar em mudança, o mercado de trabalho continua segregado.

O emprego feminino é encarado como um prolongamento das responsabilidades familiares das mulheres. Apesar de cerca de 60% da população licenciada ser feminina, apenas 6% dos lugares de liderança nas empresas portuguesas são ocupados por mulheres (contra 14% de média europeia). A progressão nas carreiras profissionais e o acesso à liderança são, além do mais, encarados como exceção, vistos como não naturais.

Este diagnóstico permite-nos perceber que há efetivamente desigualdade ao nível do emprego que se repercutirá ao nível da proteção social. Esta desigualdade económica tem raízes culturais que a perpetuam. Os salários são mais baixos porque o trabalho remunerado das mulheres continua a ser olhado como complementar ao salário dos homens no provimento das necessidades familiares.

Parte destas dificuldades tem a ver com os modos de organização familiar: a partilha equitativa das tarefas domésticas e do cuidar são uma miragem, o que coloca as mulheres perante a chantagem da escolha entre uma carreira profissional e a família, além de as sobrecarregar com uma dupla jornada de trabalho. Este dilema quase não existe para os homens, para os quais a progressão na carreira é encarada como linear e natural.

A austeridade enquanto estratégia de (re)engenharia social reforça este modelo. Os cortes transversais nos serviços públicos, o desemprego e a recente pressão conservadora para

contrariar o declínio demográfico empurram as mulheres para casa. Os direitos conquistados encontram-se sob ataque como se verifica no Estado Espanhol onde a ameaça de brutais retrocessos na lei do aborto chama pela nossa solidariedade mas expõe também as debilidades da nossa organização.

Enquanto as mulheres não forem encaradas como seres humanos plenos e não como seres de relação, isto é, pessoas que devem o seu acesso à cidadania ao facto de serem (potencialmente) mães, não haverá justiça, nem económica nem epistemológica e cultural. Perceber como estas dimensões se articulam é fundamental para forjar a igualdade. Perceber estas intrincadas relações é fundamental para perceber as matizes da desigualdade e da injustiça.

Tal como as mulheres, o feminismo também não pode ser adorno da esquerda. Por isso reclamamos ao Bloco que a sua reflexão e intervenção políticas incluam esta matriz feminista, não só nos discursos mas também nas práticas internas do partido.

Truncar a realidade é, para nós, subverter o projeto de igualdade.

O desejo de transformação feminista é parte do código genético do Bloco, um partido que desde o seu início afirmou a radicalidade da exigência da igualdade e do respeito pela diferença, recusando *uniformismos*, estereótipos, violências, preconceitos e hierarquias de qualquer espécie. Colocámos na agenda política os temas que a hipocrisia, o conformismo ou o conservadorismo tornavam invisíveis e inalteráveis. É inegável o nosso contributo nas importantes batalhas que deram origem ao reconhecimento da violência doméstica como crime público, que abriram caminho para a discussão sobre a paridade nos processos eleitorais (atualmente ainda no valor recuado de 33%) e que conferiram às mulheres o direito de decidir sobre o seu corpo, através da legalização do aborto. Demonstrámos que o feminismo não é apenas uma corrente do pensamento crítico que a esquerda socialista acolhe para se tornar abrangente, sendo também, e sobretudo, uma prática de ação e luta concreta que não espera por novos amanhã. Contudo, desde a vitória no referendo do aborto em 2007, a luta feminista perdeu terreno e organização dentro do Bloco, permanecendo votada muito mais ao mero estatuto de bandeira do que ao campo da intervenção. **Tendo em conta este percurso, é tempo de o Bloco assumir a plena paridade de género nos seus órgãos e de construir um espaço de encontro, discussão e proposta para o ativismo feminista, através da criação de grupos de trabalho de âmbito distrital.**

É certo que a ausência de grupos de trabalho não impediu o Bloco de colocar questões relacionadas com a igualdade de género no parlamento, nem impossibilitou que ativistas do Bloco se envolvessem em movimentos sociais ou coletivos feministas, protagonizando importantes frentes de luta unitária e de intervenção social. Porém, o trabalho de pensamento e ação destas/es ativistas encontra-se disperso e não tem hoje um meio de organização que proporcione um canal de comunicação direto e democrático com o grupo parlamentar do partido, por ex., que seria politicamente consequente no sentido da ampliação do nosso conteúdo propositivo e interventivo a este nível. Um partido que se quer de massas tem que estar presente na luta feminista e ser capaz de agregar mulheres nas várias dimensões da participação política. **Precisamos, por isso, de partilhar experiências e perspetivas e de**

**pensar em conjunto, pois há ainda muitas batalhas a travar, muito para transformar, por ex., a linguagem inclusiva deverá passar a ser adotada pelo Bloco.**

Os espaços de formação do Bloco não têm negligenciado o tema do feminismo, contudo, algumas sessões por ano são claramente insuficientes para o aprofundamento das múltiplas questões feministas e para o estímulo à intervenção neste campo de ação política. Acresce ainda que, para além da variedade de problemas que carecem de intervenção organizada, e por isso devem refletir-se em temas de discussão interna, é preciso colocar em prática a intersecção entre a crítica anticapitalista e a reflexão feminista, e há ainda que responder ao desafio das reinvenções contemporâneas da teoria do género e da identidade. **Neste sentido, propomos a realização de uma conferência feminista de âmbito nacional, a ter lugar no próximo ano.**

## *Reformados*

### Texto a)

A situação actual criada pelo Governo com as pensões e reformas roça a ignomínia, revela uma determinação cruel, desajustada e configura um assalto. O fundamento é o mesmo das medidas que atingem os trabalhadores no activo, os desempregados, os precários configurando uma opção ideológica. Os parâmetros constitucionais são subvertidos sem nenhuma hesitação mercê de habilidades legislativas que o sistema permite. Quem age assim traiu todos os laços de solidariedade com o passado e com o futuro.

Os sucessivos cortes, a Contribuição Extraordinária de Solidariedade, o aumento dos descontos para a ADSE, a alteração dos escalões para o IRS, o corte dos subsídios, os cortes nas pensões de sobrevivência ou no Complemento Solidário para Idosos, um rol interminável de punições. É difícil acreditar ou explicar. A verdadeira leitura destas medidas revela como se lançam mais portugueses na pobreza e como se agravam as condições de vida dos que sempre conheceram a pobreza. Que é feito do Estado Social? Onde está o modelo social europeu em construção?

As medidas em curso provocam uma profunda desigualdade e uma catástrofe social sem igual. Não é preciso perceber de economia ou finanças para registar o que acontece à vista de todos: a falta de emprego, os despedimentos, a economia que paralisa, a emigração, o desinvestimento estratégico, a venda a pataco das empresas a investidores estrangeiros. Se todos testemunharmos e sofremos, então, chegou o momento de fazer um esforço para agir de forma determinada e em conjunto. Reformados ou trabalhadores no activo, a luta é uma e a mesma.

Contra esta vaga de terror, é preciso reunir as forças que estão contra a austeridade, contra a dívida e a favor do Estado Social. Não há meio termo nem espaço para compromissos que apenas dividem e enfraquecem. Os pensionistas e reformados têm dado o exemplo quando partem para a defesa dos seus interesses ultrapassando as divergências partidárias que possam ter e é nessa convergência que temos de apostar. Não há aqui falta de convicção; pelo

contrário, existe a enorme certeza de que apenas o esforço e a coragem importam neste desafio.

Defendemos, pois, que os reformados e pensionistas mantenham e reforcem uma plataforma única para a intervenção tanto no plano nacional como no plano europeu. Estando em causa o Estado Social, urge encontrar na Europa parceiros que ajudem a engrossar esta corrente, um trabalho a exigir um empenhamento total dos futuros deputados europeus.

Saibamos construir uma plataforma comum que atenda os direitos dos pensionistas e reformados, lutando por propostas concretas:

- Reposição do valor das pensões e reformas aos níveis de 2010
- Suspensão imediata da CES
- Estabelecimento de um valor para pensões nunca inferior ao salário mínimo nacional
- Defesa do Estado Social e recusa do estado assistencialista
- Defesa de um sistema público de segurança social contra um sistema privado.

Não se parte para esta mobilização do nada. A organização progressiva e o debate que hoje se vão construindo dentro das estruturas do Bloco de Esquerda sustentarão, a médio e longo prazo, um trabalho cada vez mais bem informado e sério a nível nacional ao mesmo tempo que permitirão a transmissão de práticas correctas para os deputados europeus. Uma mobilização ampla, que supere pela intervenção qualquer divergência, será a saída. Uma alternativa que reflecta organização e determinação, capaz de fazer acordos sobre o essencial sem nunca vacilar perante esta direita neo-liberal e vingativa.

## *Outros*

### Texto a)

36. O Bloco deve equacionar, quando e onde possível, o papel de um partido de solidariedade ativa, envolvendo-se em respostas diretas à crise e na auto-organização dos/as trabalhadores, desempregados, estudantes e reformados.

## **Funcionários**

### Texto a)

26. A rede de funcionários dedicados ao apoio à intervenção local do Bloco reflete as restrições que atingiram toda a estrutura profissional do partido. A atual distribuição de funcionários não satisfaz todas as necessidades, sobretudo no interior mas também nas organizações com maiores exigências políticas. Neste quadro, é de valorizar sempre mais o

perfil e a capacidade política na seleção dos funcionários e reavaliar as prioridades na sua distribuição.

#### Texto b)

PROBLEMA – para que servem os funcionários?

APENAS para funções de agilização das decisões, que não possam ser garantidas pelos responsáveis, com emprego.

NUNCA devem integrar os secretariados (onde os houver) nem as coordenadoras. Devem participar nas reuniões dos organismos que apoiam, mas sem direito de voto. Este cuidado que parece excessivo, decorre do que considero necessário: acabar com a sequência, funcionário precisa mostrar trabalho e vai centralizando progressivamente demasiadas tarefas em si próprio, numa “pescadinha de rabo na boca” em que tudo passa por ali, desresponsabilizando o ativismo e simultaneamente retirando-lhe a capacidade de decisão. Considero que no mundo dos assessores, está em tempo de o BE acabar com falsos especialistas e passar a ensaiar uma NOVA fórmula em que se contratualize com verdadeiros especialistas, uma avença ou algo do género, para cada uma das matérias em que é necessário conhecimento específico. Exemplo: como avalio um orçamento, talvez contactar um gabinete de contabilidade de alguém próximo do BE e recorrer a eles sempre que é necessário deslindar os truques escondidos. Não sei se o exemplo é bom, até porque temos economistas que pela certa farão este trabalho de assessoria gratuitamente, com todo o gosto, mas a ideia é esta, em cada área. Para os corpo de funcionários as tarefas de secretariar, para que não sejam “pau para toda a colher” nem os “manda chuva de todo o terrado”.

#### Texto c)

**Os processos de selecção dos funcionários, seguindo critérios e procedimentos gerais e comuns previamente definidos, devem ser assumidos pelas estruturas que os vão integrar, na base de um esforço de objectividade e de transparência, não excluindo a possibilidade da candidatura de aderentes a essas funções.** Os funcionários não devem integrar organismos com carácter executivo e devem constituir minoria em quaisquer órgãos, designadamente de direcção.

#### Texto d)

Sem uma organização realmente descentralizada os funcionários podem tornar-se um instrumento do aparelho do partido e, nessa qualidade, ganhar um poder que é o reflexo da sua própria sujeição.

O funcionamento, a gestão e o controlo dos funcionários é exclusivamente de índole democrática de acordo com os princípios do partido.

Com direitos laborais e políticos intocáveis os funcionários integram, com todos os direitos e deveres inerentes, todos os órgãos para que sejam eleitos, sendo aderentes primeiro que tudo. Algumas opiniões que vi expressas propendem para tornar os funcionários numa espécie de betas do admirável partido novo.



Funções administrativas, técnicas e especializadas são cumpridas por aderentes qualificados, que são sempre políticos. Aqueles cuja actividade é regional devem ser escolhidos pela região e ratificados pela direcção nacional. A responsabilidade pelo salário deve ser da própria região de acordo com «protocolo» combinado com a direcção nacional para decidir a origem e a forma das verbas em jogo.

Os funcionários nacionais, obviamente escolhidos pela Mesa nacional, não poderão impor-se, sob qualquer argumento, às normas, formas de funcionamento ou decisões das direcções regionais ou locais. Os diferendos ou conflitos decorrentes serão derimidos entre a direcção nacional e as direcções em causa.

A questão fulcral: a eficácia na política revolucionária impõe sempre mais e mais democracia, mais e mais transparência, mais e mais descentralização. Esta a única forma de travar a vertigem historicamente ilustrada para o autoritarismo democrático, para a autonomização de corpos com poderes fácticos, para o apoderamento da política pela burocracia, para a degenerescência da capacidade revolucionária do organismo vivo que é o partido.

## Formação

### Texto a)

27. Regularmente, a direcção do Bloco deve promover reuniões com dirigentes distritais e funcionários com trabalho junto das organizações locais, para debate político e formação.

28. O Bloco de Esquerda promove já espaços de formação com regularidade anual e com ampla participação: Socialismo, Inconformação, Acampamento de Jovens (Liberdade). Para além disso, tem tido iniciativas descentralizadas através da Cultra (Pensar os pensadores do Socialismo, Conversas do Senso Comum) e pela iniciativa de alguns concelhos e distritos (debates em torno do documentário Donos de Portugal, ou a campanha da Lei das Rendas, por exemplo). Estas iniciativas devem continuar e ser aprofundadas.

29. É necessário implementar espaços de formação que respondam a necessidades de intervenção concreta a nível autárquico, laboral e estudantil. No segundo semestre de 2014, o Bloco de Esquerda deve realizar três encontros regionais (Norte, Centro e Sul) com esta finalidade.

## Finanças

### Texto a)

**A política de Finanças e os Orçamentos do Bloco de Esquerda devem reflectir esta prioridade – todo o apoio às estruturas de base.** O reforço de recolha de fundos por parte

dessas estruturas, na perspectiva de aumento das margens de autofinanciamento, deve ser objecto de acompanhamento e de planeamento no médio e no longo prazo.

## Organização das Convenções

### Texto a)

1. O modelo de convenção que atualmente é adotado mostra-se adequado para a realização de funções como alterações estatutárias e o seu inerente debate, para eleição de órgãos dirigentes e para a aprovação através do voto de uma linha política e estratégica, (moções) mas não se tem mostrado eficiente para o debate analítico de factos e estratégias políticas. Consequentemente, deve encarar-se a necessidade de se reequacionar ou melhorar o modelo de organização dos trabalhos que tem vindo a ser seguido nas convenções, pouco propício a um debate aprofundado, antes permeável à sua utilização como campo de batalha entre grupos, correntes, tendências e fações, facto que acarreta efeitos negativos, tais como:

- Concorre para a limitação da possibilidade dos/as aderentes não alinhados/as por tendências de se expressarem, por a lista de inscrições para intervenções ser frequentemente sobreocupada pelos referidos grupos políticos;
- Cria um ambiente de confrontação muitas vezes sectária e desnecessariamente crispado pouco propício ao aprofundamento dos temas e à reflexão;
- Amplia uma imagem distorcida de desentendimentos e desunião junto do potencial eleitorado, afastando-o.
- Dificulta a consensualização de posições assemelhando-se mais a uma sucessão de discursos que em regra se ignoram quase todos uns aos outros.

Propõem-se em alternativa:

- A colocação de uma maior ênfase nos trabalhos preliminares e preparatórios das convenções que decorrem pelas estruturas concelhias e distritais nos meses antecedentes das convenções, sublinhando-se-lhes a importância e dando-se-lhes projecção nos meios de comunicação do BE;
- A data da marcação das convenções deve situar-se em momentos do calendário que facilitem o desenvolvimento dos trabalhos que a antecedem, em tempos habitualmente menos ocupados profissionalmente, (pex. verão e Páscoa), reconhecendo-se desta forma a importância fundamental de uma participação ampla dos aderentes para o bom desenvolvimento dos trabalhos que antecedem a convenção;
- As convenções devem organizar-se - quando necessário para o aprofundamento de temas específicos - em grupos de trabalho temáticos cujas conclusões proporão ao plenário para aprovação.